

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

ORGANIZAÇÕES NAO-GOVERNAMENTAIS E CAMPESINATO: NOVAS ALIANÇAS
POLITICAS NO CAMPO TECNOLOGICO

(O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa
Esperança)

Maria Dione Carvalho de Moraes

CAMPINA GRANDE - PARAIBA

Março de 1993

PE

136.203.38

04870

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

**ORGANIZAÇÕES NAO-GOVERNAMENTAIS E CAMPESINATO: NOVAS ALIANÇAS
POLITICAS NO CAMPO TECNOLÓGICO**

(O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural da Universidade federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

Banca Examinadora:

Dra Ghislaine Duqué (UFPB) - Orientadora
Profa Maria Cristina de M. Marin (UFPB) - Co-orientadora
Dr. Henrique Osvaldo M. de Barros (Fundação Joaquim Nabuco)
Dr. Alder Júlio Ferreira Calado (UFPB)

Aluna:

Maria Dione Carvalho de Moraes

CAMPINA GRANDE - PARAIBA

Março de 1993

A memória de d. Joantina (mãe)
e de "seu" Didi (pai).

A Sérgio, companheiro e a Pedro
Henrique, filho. A ambos,
desculpas pelas horas roubadas.



M827o Moraes, Maria Dione Carvalho de.
Organizações não governamentais e campesinato : novas alianças políticas no campo tecnológico (o caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança) / Maria Dione Carvalho de Moraes. - Campina Grande, 1993. 266 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993.
"Orientação : Profa. Dra. Ghislaine Duqué, Profa. Maria Cristina de Melo Marin".
Referências.

1. Campesinato - Mediadores. 2. Assentamentos - Organizações Não Governamentais (ONG's) - Minas Gerais. 3. Tecnologia - Relações de Poder. 4. Estado - Agricultura - Modernização. 5. Dissertação - Sociologia Rural. I. Duqué, Ghislaine. II. Marin, Maria Cristina de Melo. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). IV. Título
CDU 316.35(043)

RESUMO

Pelo presente estudo, abordo a relação entre o CAA/Norte de Minas e os posseiros de Corgão/Boa Esperança, município de Varzelândia, Minas Gerais. O objetivo é analisar a relação como sendo uma aliança política entre estratégias de oposição (CAA) e de resistência (camponeses), como novas "práticas heréticas" no campo tecnológico.

O referencial teórico fundamenta-se no conceito de tecnologia como produção social e na categoria "campo tecnológico". A tecnologia é vista pela sua dimensão política, como capacidades técnicas e poder social diferenciados; o campo tecnológico, como um espaço de luta e de poder. Nessa, o perfilamento - numa aproximação conceitual - da tecnologia "moderna", da tecnologia "alternativa" e da tecnologia "camponesa", no processo de modernização da agricultura brasileira.

O marco temporal são as décadas de 70 e 80, tanto pela importância que assume o papel do Estado como dirigente de um processo de modernização excludente para os camponeses, quanto pela emergente contraposição da sociedade civil. Aí, pelos movimentos sociais, articulam-se novos projetos, como

respostas políticas dos sujeitos sociais excluídos.

A Sociedade Civil é o "locus" das novas alianças entre camponeses e ONG's. Aqueles, como uma categoria social que luta pela sua reprodução. Estas, emergindo do movimento de crítica à revolução verde e ao pacote modernizador, passando da crítica às propostas através de projetos de agricultura alternativa.

Pelo estudo de caso, busco discutir o caráter da presença desses novos mediadores junto aos camponeses. A natureza dessa relação é analisada, sobretudo, através dos significados presentes nos discursos. Quanto ao CAA, pela sua trajetória e proposta de intervenção na região; no que toca aos camponeses, pelos significados do seu fazer, em suas dimensões econômica, política e cultural.

Conclusivamente, o estudo evidencia que pelo lado da entidade o móvel da aliança tem a ver com uma tomada de posição em relação às questões da reprodução camponesa, através da busca de um modelo alternativo que a viabilize. Quanto aos camponeses, estes, orientam-se por estratégias de resistência à expropriação total. As suas práticas cotidianas, portanto, materializam uma prática política, por sua vez, orientadora das alianças.

RESUMÉ

J'aborde dans cette étude la relation entre le centre d'agriculture alternative (CAA) du nord de l'état de Minas et les "posseiros"⁽¹⁾ de Corgão/Boa Esperança, commune de Varzelândia, Minas Gerais. L'objectif est d'analyser cette relation comme une alliance politique entre le CAA (avec ses stratégies d'opposition) et les paysans (en situation de résistance), exprimée dans de nouvelles "pratiques hérétiques" sur le terrain technologique.

Je fonde ma référence théorique sur le concept de technologie comme production sociale et sur la catégorie de "terrain technologique". J'envisage la technologie selon sa dimension politique, comme ensemble de capacités techniques et pouvoir social différenciés, et le terrain technologique comme un espace de lutte et de pouvoir. Je distingue encore, dans une approximation conceptuelle, la technologie "moderne" de la technologie "alternative" et de la technologie "paysanne", dans le processus de modernisation de l'agriculture brésilienne.

J'ai choisi comme limites temporelles des décennies de 70 et 80, tant par l'importance qu'y assume l'état en tant que dirigeant du processus de modernisation interdite aux

(1) Paysans installés sans titre de propriété.

paysans, que par la naissance d'une opposition au sein de la société civile, par les mouvements sociaux, de nouveaux projets s'y articulent, par lesquels les exclus expriment des réponses politiques.

La société civile est le "locus" de nouvelles alliances entre les paysans et les organisations gouvernementales (ONG). Celles-ci, nées de la critique à la révolution verte et à son "paquet" de techniques modernisantes, passent de la critique aux propositions exprimées dans des projets d'agriculture alternative.

Par l'étude de cas, j'essaye de discuter le caractère de la présence de ces nouveaux médiateurs auprès des paysans. J'analyse la nature de cette relation, principalement au niveau des signifiants présents dans les discours et dans la pratique: du côté du CAA, par sa trajectoire et sa proposition d'intervention dans la région; du côté des paysans, par les signifiants de leur agir, dans ses dimensions économique, politique et culturelle.

En conclusion, l'étude met en évidence que, du côté de l'institution, le motif de l'alliance s'appuie sur une prise de position par rapport aux questions de la reproduction paysanne par la recherche d'un modèle alternatif qui la viabilise. Quant aux paysans, ils s'orientent selon des stratégies de résistance à l'expropriation totale. Leurs pratiques quotidiennes se matérialisent donc dans une pratique politique qui, à son tour, oriente leurs alliances.

AGRADECIMENTOS

- . A todas as famílias camponesas de Corgão e à equipe do CAA por me permitirem adentrar em seu cotidiano;
- . Aos companheiros de mestrado: alunos, professores e funcionários, com os quais pude partilhar amizade, trabalho e companheirismo;
- . A professora Cristina de Melo Marin, pela sua orientação lúcida e amiga, em todas as etapas desse trabalho;
- . A professora Ghislaine Duqué, pela sua importante contribuição para que esse trabalho fosse concluído;
- . A Jovita, pela sua valiosa colaboração na organização das referências bibliográficas;
- . A Sérgio, companheiro de todas as horas, pelo apoio em todos os momentos de realização desse trabalho.
- . A "vó Tonha" por me permitir, tão generosamente, transformar sua casa em sala de estudos.
- . A "tia Lulu", pelo imprescindível apoio;
- . A todos os meus amigos pelo interesse e incentivo.

INDICE

	pgs.
INTRODUÇÃO.....	01
CAPITULO I: A TECNOLOGIA COMO PRODUÇÃO SOCIAL: CAPACIDADES TÉCNICAS E PODER SOCIAL DIFERENCIADOS.....	15
1.1- A dimensão política da tecnologia. O campo tecnológico	15
1.2- Estratégias de manutenção "versus" práticas heréticas (subversão e resistência) no campo tecnológico.....	34
1.2.1- Tecnologia "moderna" os (des)caminhos de um Estado "de costas" para os camponeses no processo de modernização da agricultura brasileira...	34
1.2.2- Caminhos da Sociedade Civil: camponeses, ONG's e as "práticas heréticas" no campo tecnológico.....	48
1.2.2.1- Tecnologias "alternativas": estratégias de subversão.....	48
1.2.2.2- Tecnologia e saber camponeses: estratégias de resistência.....	58

CAPITULO II:	CONTEXTO REGIONAL: (DES)CAMINHOS DO ESTADO NAS POLITICAS DE MODERNIZACAO AGRICOLA NA REGIAO NORTE DE MINAS GERAIS.....	77
	2.1- A intervenção do Estado na região.....	77
	2.2- A presença dos camponeses e de outros mediadores no norte de Minas.....	89
CAPITULO III:	O CAA/NORTE DE MINAS: TRAJETORIA E PROPOSTA.....	107
	3.1- O surgimento do PTA/FASE em Minas Gerais.....	107
	3.2- O CAA/Norte de Minas.....	111
	3.2.1- O nascimento como CTA/Norte de Minas...	111
	3.2.2- De CTA para CAA: mais que uma simples mudança de nome.....	119
	3.2.3- A estrutura do CAA...	123
	3.2.4- A atuação do CAA.....	129
	3.2.5- A intervenção do Centro no norte de Minas: perspectivas, alianças, impactos, e identidade contrastiva com o Estado.....	146
	3.2.5.1- Intervenção do CAA em Corgão/Boa Esperança...	152
CAPITULO IV:	OS CAMPONESES DE CORGAO/BOA ESPERANÇA (CONQUISTA DA TERRA E REPRODUÇÃO SOCIAL: SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTENCIA).....	169

4.1- História e memória social: conquista e reconquista diária da terra.....	169
4.2- Representações sobre si mesmos: condição, trabalho e diferenciação social.....	181
4.3- O quadro das alianças: representações acerca do poder e da política; dos "aliados" e dos "inimigos"...	189
4.4- Significados da aliança com o CAA/Norte de Minas.....	198
4.5- Saber, tecnologia e reprodução camponesa em Corgão/Boa Esperança.....	207
4.5.1- Estratégias econômicas modelo tecnológico e projetos políticos....	207
4.5.2- Saber e tecnologia: práticas culturais e reprodução camponesa em Corgão.....	225
4.6- Práticas tecnológicas como práticas políticas na resistência à expropriação..	240
 A GUISA DE CONCLUSÃO.....	 245
 GLOSSARIO DAS SIGLAS UTILIZADAS.....	 256
 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	 258
 LISTA DAS ILUSTRAÇÕES:	
Fig. I- Mapa: o estado de Minas Gerais destacando-se o norte de Minas.....	79
Fig. II- Estrutura do CAA.....	123
Fig. III- Proposta de reestruturação do CAA...	128

QUADRO	I- Respostas espontâneas.....	185
QUADRO	II- Respostas provocadas.....	185
QUADRO	III- Ano agrícola dos posseiros de Corgão.	209
ANEXOS:	266
Anexo	I: Questionário utilizado na pesquisa	
Anexo	II: Area Mineira da SUDENE: projetos	
Anexo	III: Area reflorestada com incentivos	
Anexo	IV: Mapa: programas especiais em Minas Gerais	
Anexo	V: Croqui da área do assentamento	
Anexo	VI: Cartilha: "Os posseiros da fazenda Corgão - município de Varzelândia"	
Anexo	VII: Planilha (folha de rosto)	
Anexo	VIII: Programa: 1º Curso de Agricultura Alternativa em Corgão.	
Anexo	IX: Programa: 2º Curso de Agricultura Alternativa em Corgão.	
Anexo	X: Relatório (introdução): 3º Curso de Agricultura Alternativa em Corgão	
Anexo	XI: Programa (folha de rosto): Seminário de Assessoria Sindical.	
Anexo	XII: Organograma: Associação dos Posseiros de Corgão.	

INTRODUÇÃO

A análise do processo de alianças políticas construídas num espaço aqui delimitado como "campo tecnológico" na agricultura supõe dois aspectos fundamentais. Por um lado, a observação da natureza e trajetória de movimentos em gestação na sociedade civil e, por outro, a busca de uma "arrumação" de elementos teórico/metodológicos de modo a permitir a análise da realidade observada, onde sujeitos e discursos em movimentos sem clara direção devem merecer mais que uma leitura linear.

Tal arrumação teórica, tem como pressuposto a dimensão política da tecnologia. Tal dimensão é focalizada pela "oposição" entre Estado e sociedade civil, ambos, como "locus" de estratégias específicas na luta política no campo tecnológico. A importância desse enfoque reside na tentativa de recuperar essa "oposição" como traço importante e constitutivo de um processo que em si mesmo gerou tanto exclusão quanto resistência e oposição dos excluídos; tanto a diferenciação dos sujeitos sociais envolvidos, quanto respostas políticas construídas no

âmbito da sociedade civil.

Por essa premissa, pretendo tratar a relação entre camponeses e ONGs como novas alianças políticas no campo tecnológico, remetendo ao debate atual sobre formas alternativas de organização surgidas no âmbito da sociedade civil brasileira, nas duas últimas décadas. Realizo a análise através de um estudo de caso envolvendo um grupo camponês - o assentamento de Corgão/Boa Esperança - e uma ONG, o CAA/Norte de Minas (também referido, ao longo desse trabalho, como CAA ou Centro), num projeto de agricultura alternativa na região norte do estado de Minas Gerais, também conhecida como "Área Mineira da SUDENE".

A estrutura do trabalho compreende: esta mesma introdução onde apresento alguns aspectos da origem desse estudo e a metodologia utilizada no trabalho de campo; o capítulo I em que organizo o referencial teórico; o capítulo II onde abordo o contexto regional; o capítulo III acerca do CAA/Norte de Minas; o capítulo IV onde falo dos camponeses e, finalmente, "à guisa de conclusão", levanto alguns aspectos conclusivos desse estudo. A seguir, vêm as referências bibliográficas e os anexos.

No capítulo I, realizo a discussão em torno da tecnologia como produção social pressupondo-se, aí, capacidades técnicas e poder social diferenciados. Busco, ainda nesse capítulo, perfilar a tecnologia moderna; a

tecnologia alternativa e a tecnologia camponesa. A utilização dessas categorias tem o caráter de uma aproximação conceitual, numa arrumação que visa a discussão de elementos teóricos que, por sua vez, permitam uma reflexão mais aprofundada do estudo de caso.

No capítulo II, abordo o contexto regional, com ênfase em dois aspectos: pelo primeiro, busco situar o caráter da intervenção do Estado no norte de Minas. Pelo segundo, abordo alguns aspectos relacionados à presença dos camponeses e de outros mediadores na região. A proposta é a de pensar a região como um espaço de intervenção do Estado, de implementação de políticas e não, apenas, como um espaço geográfico, mas sobretudo, econômico e político. O pressuposto é o de que a intervenção do Estado foi - como de resto, em todo o Brasil - fundamental no processo de modernização no norte de Minas. No caso específico, por políticas de acumulação e de legitimação.

O entendimento da natureza dessa intervenção na região contribui para a análise da situação dos camponeses, da situação do movimento sindical dos trabalhadores rurais na região, da presença de outros mediadores como a Igreja, o CAA/Norte de Minas. Em decorrência, surgem elementos para se entender o caráter de uma aliança entre camponeses nortemineiros e uma ONG.

Ou seja, de uma aliança realizada fora do aparelho de Estado.

No capítulo III, é onde inicio realmente o estudo de caso, a partir da análise da trajetória e da intervenção do CAA. O objetivo é apreender, sobretudo através dos discursos da entidade, os significados dessa intervenção no contexto regional. Assim, busco uma recuperação das origens da entidade na região, da sua forma de atuação e dos projetos. Procurando, sempre, fazer uma leitura que capte a ambiguidade existente e expressa nos depoimentos.

O capítulo IV é dedicado à análise do grupo camponês. Nesse, à semelhança do anterior, procuro captar a situação sempre tendo em conta a ambiguidade como algo constitutivo da realidade investigada. A busca da compreensão dos significados das estratégias de resistência, do saber tecnológico e das alianças entre os camponeses e CAA colocou a necessidade de retomar alguns aspectos da história de Corgão/Boa Esperança. Por esse motivo, inicio pela história e memória social dos posseiros⁽¹⁾, na tentativa de flagrar aqueles aspectos do cotidiano mais significativos para a pesquisa e que,

(1) O termo "posseiro" assume para os camponeses envolvidos na luta pela terra, um grande significado político. Nesse sentido utilizarei ambos os termos, **posseiro** ou **camponês** para referir-me ao grupo investigado.

percebia, eram sempre mediatizados pela memória social do grupo, principalmente pelo marco da ocupação da terra. É, pois, a partir do contato com a história do grupo, que procuro adentrar em seu cotidiano, na tentativa de compreendê-lo, principalmente, nas dimensões: econômica, política e cultural e em suas interrelações. Nesse contexto, busco entender o seu fazer, seja pelas significações relacionadas à garantia da sua sobrevivência em sentido estritamente econômico, à sua identidade política ou à sua característica de sujeitos cognoscentes. No primeiro aspecto, pela abordagem da questão da racionalidade produtiva; no segundo, pelo resgate da dimensão política das práticas cotidianas e, no terceiro, pela captação do processo de construção do saber tecnológico e de sua natureza.

A guisa de conclusão, alinhavo algumas considerações finais. O termo alinhar, aqui, tem o sentido mesmo de não ser a última palavra, tendo em conta a imprevisibilidade dos movimentos sociais⁽²⁾ o

(2) Utilizo a expressão no sentido aludido por GRZYBOSWIKI (1987:46) ao que denomina de "novas frentes de luta no campo", incluindo-se aí, as "alternativas de produção" que define como "(...) pequenos movimentos localizados, disseminados por todo o país, no geral, articulados com as grandes lutas. Trata-se de experiências de pequenos grupos (...) a nível de organização da produção (...) da busca de tecnologia "alternativa" ou "apropriada", da comercialização. A existência desse conjunto heterogêneo de iniciativas, não articulado, [conta] muitas vezes com o apoio de organizações não-governamentais (...)".

descompromisso desse estudo com exercícios de futurologia e, ainda, a parcialidade do estudo e os limites impostos à generalização. No entanto, mesmo sem preocupações teleológicas, as considerações finais apontam para alguns possíveis desdobramentos da situação analisada a serem buscados no desenrolar dos acontecimentos.

I

Entendo trabalhos de pesquisa não como escolhas aleatórias e casuais do pesquisador, mas sim como um encontro entre ambos, pesquisador e objeto de estudo, cujas origens encontram-se, o mais das vezes, na própria trajetória do pesquisador. No caso presente, a origem desse trabalho pode ser localizada na minha trajetória como extensionista da EMATER-MG por alguns anos, até a saída para o mestrado em 1987. Desde os tempos da EMATER, tentando tanto a leitura crítica da proposta oficial da extensão rural embutida na proposta de modernização, quanto a participação em grupos de trabalho na tentativa de discussões e elaborações de propostas alternativas àquela do modelo oficial. Isso, nos últimos anos (1986/87), tem um desdobramento que vem a ser a observação do surgimento e da organização dos Centros de Tecnologias Alternativas em Minas Gerais: o da região da Zona da Mata, na cidade de Viçosa e o da região Norte de

Minas, na cidade de Montes Claros.

Na definição do objeto de estudo, a escolha recaiu sobre a região Norte de Minas. Ser originária da região e ter por lá trabalhado por vários anos na extensão rural, apareciam-me como condições propícias a um bom encaminhamento do trabalho de campo. Além do que, o desafio de poder lançar "um novo olhar" sobre essa realidade já, supostamente, conhecida.

Num plano geral, detenho-me sobre a relação entre camponeses e ONGs e, num plano particular, sobre essa mesma relação entre o CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança, no município de Varzelândia, região Norte de Minas Gerais. Essa relação, traduzindo-se, principalmente, como novas alianças políticas no campo tecnológico, com base em algumas indagações como:

- a. Como o processo de modernização da agricultura no Brasil - e em particular na região Norte de Minas - atinge os camponeses, nos níveis: político, econômico e cultural?
- b. Que respostas se delineiam frente a essa situação e a partir de que estratégias?
- c. Entendendo que o processo de dominação/exclusão/atrelamento subordinado remete às estratégias de manutenção, de subversão e de resistência, como perfilar tais situações num mesmo processo?
- d. Que papel desempenham as estratégias de sobrevivência

dos camponeses frente à modernização e na aliança com as estratégias de subversão dos agentes da tecnologia alternativa no campo tecnológico ou, mais particularmente: como se apresenta, para os próprios sujeitos envolvidos - a construção das alianças entre camponeses de Corgão/Boa Esperança e o CAA/ Norte de Minas?

Tendo em conta essas questões, entre outras, resolvo enfrentar o objeto de estudo tendo como ponto de partida a intervenção do CAA na região. Busco analisar a relação entre os camponeses e a entidade, partindo da trajetória social tanto daqueles, quanto desta, através da representação de ambos os sujeitos sobre si mesmos, sobre os respectivos "aliados" e sobre a aliança.

A questão central, portanto, pode ser assim colocada: se de um ponto de vista do observador, do investigador, a relação entre camponeses e ONG's pode ser tida como uma aliança forjada na sociedade civil, como resposta política à forma de intervenção do Estado, como se configura esta situação para os sujeitos sociais reais, aparentemente envolvidos na situação descrita? e que possibilidades de generalização - como resposta a essa indagação - o presente estudo apresenta?

II

A opção pela categoria "camponês" para designar o

grupo pesquisado, pressupõe a existência de uma categoria social⁽³⁾ heterogênea e que teve sua diferenciação exacerbada pela modernização agrícola, sem que ocorresse, contudo, o seu desaparecimento. Aspecto que busco aprofundar, teoricamente, nos capítulos I e II.

Quanto à opção pela experiência envolvendo um projeto originário do PTA/FASE "pinçada" no amplo leque das "propostas de tecnologias alternativas", esta, deve-se à presença de alguns elementos importantes para a análise, que compõem e caracterizam a proposta de intervenção do Centro na região. Aspectos que abordo no capítulo I e III e que dizem respeito, principalmente à relação da questão tecnológica com a questão agrária, à preocupação com a discussão do modelo de desenvolvimento (ampliando, portanto, a proposta de tecnologias alternativas, para a proposta de agricultura alternativa) e à busca de uma identidade contrastiva com o Estado.

Dentre as características da proposta das ONGs ligadas ao PTA/FASE, uma delas vem a ser determinante

(3) Partilho com MOURA (1986: 69) do entendimento de que "(...) o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características de sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida".

para a escolha do objeto de estudo: a relação estabelecida entre a questão tecnológica e a questão agrária brasileira tendo, como ponto central da crítica e da proposta, a problemática da reprodução camponesa.

III

A investigação compreendeu três momentos básicos:

- a. Realização de levantamento bibliográfico sobre o tema, visando uma fundamentação teórico/metodológica;
- b. Pesquisa de campo realizada no CAA e na comunidade Corgão/Boa Esperança, município de Varzelândia, sendo esta parte da área de atuação do Centro e escolhida por se constituir em uma forma peculiar de comunidade camponesa: uma comunidade de posseiros, fruto de ocupação.
- c. Pesquisa documental a partir de: relatórios, atas e outros registros; documentos produzidos pelo PTA/FASE, pelo CAA/Norte de Minas, pelas entidades sindicais e associações dos camponeses; artigos de jornais e revistas.

No trabalho de campo busquei integrar perspectivas metodológicas da sociologia e da antropologia, na procura de estabelecer um nível mais denso de participação com os grupos estudados. Esse trabalho compreendeu dois momentos: um primeiro momento onde tive contato com agentes do Centro para acertar a

realização da pesquisa e a definição das comunidades a serem investigadas, em outubro de 1989 e um segundo momento, com a duração de 30 dias, em janeiro de 1991. Neste último, o ponto de partida foi uma reunião com a equipe técnica do CAA para discussão do projeto de pesquisa. Em seguida, realizaria a aplicação de 18 questionários (Anexo I) na comunidade camponesa, abordando um total de 24 informantes e visando a obtenção de informações gerais preliminares cujos aspectos relevantes para a pesquisa seriam aprofundados em entrevistas e histórias de vida.

O contato inicial com o grupo camponês foi mediado por agentes do Centro. Mediação importante, no sentido de amenizar o impacto que poderia causar entre os informantes a chegada de uma estranha: uma mulher/pesquisadora (4), num contexto onde os papéis masculinos e femininos são fortemente marcados por uma divisão de papéis.

Essa mediação, materializada pela presença de um agente do CAA na comunidade, limitou-se a esse momento inicial. No desenrolar do trabalho, não houve mais nenhuma participação dos agentes.

(4) A esse respeito, registro uma atitude dos informantes: nos primeiros dias, era comum que a realização da entrevista ou do questionário contasse com a presença de algum membro da próxima família a ser abordada. Como constatei depois, isso traduzia tanto uma certa curiosidade como um mecanismo de controle.

A hospedagem foi oferecida pelos camponeses, após tomarem conhecimento da finalidade da minha presença entre eles. Essa decisão foi tomada em uma reunião comunitária da qual participei e onde expus o objetivo da pesquisa.

Durante o trabalho de campo, realizei e gravei: entrevistas semi-estruturadas e histórias de vida com camponeses; entrevistas semi-estruturadas com agentes, com representantes do conselho do CAA e de entidades sindicais. No total, 30 horas gravadas, sendo 18 horas com os camponeses e 12 com os demais interlocutores. Participei, ainda, de eventos coletivos como: reunião envolvendo camponeses e agentes do Centro realizada na comunidade; um seminário de assessoria com agentes do Centro, representantes da CPT, representantes da CUT regional e representantes do MSTR da região.

A permanência na comunidade, num trabalho de observação participante, como hóspede dos camponeses, permitiu um contato mais próximo com as famílias tanto em termos individuais quanto coletivos, em eventos como reuniões, "rezas" e festas. Por várias vezes, obtive informações importantes participando de conversas informais com pequenos grupos de homens, mulheres, jovens e crianças, à noite, à porta das moradias, onde nos reuníamos para conversas e cantorias.

Buscando garantir fidelidade às interpretações no

trabalho posterior de sistematização e análise, utilizei ainda um diário de campo com registros das observações, sendo elaborado, logo após o trabalho de campo, um relatório de pesquisa. O meu deslocamento para realizar as visitas às famílias camponesas, foi feito sempre a pé e quase sempre eu era acompanhada por uma ou mais crianças da comunidade que - espontaneamente - atuavam como guia. O fato de o deslocamento ter-se dado nessas condições, possibilitou uma série de contatos informais que se transformaram em rico material de informações.

A definição da amostra não obedeceu a parâmetros estatísticos rígidos, visto a concepção metodológica que orientou a pesquisa privilegiar a análise em profundidade pelo cruzamento/complementariedade das informações a partir do pressuposto de uma "fala coletiva" que iria sendo "costurada" durante o trabalho de campo, onde a quantidade seria definida em função das necessidades da pesquisa. O limite seria indicado pela recorrência das informações. Ouvi 73% das famílias de Corgão.

IV

O estudo de caso como referência empírica deve-se a uma opção metodológica de realizar a pesquisa buscando analisar o tema a partir de situações concretas.

Tenho em conta tanto as especificidades do caso investigado, quanto os limites da pesquisa de campo, em relação às possibilidades de generalizações que apresentam. Nesse sentido, ao analisar a relação entre camponeses e mediadores como uma aliança que vai se configurando na própria relação (por sua vez, possibilitando a transformação dessa aliança em instrumento político, num determinado contexto regional) pretendo estar, embora parcial e modestamente, contribuindo para o conhecimento do processo geral do que hoje se denomina de novos movimentos sociais no campo.

Com GRZYBOWSKI (1987), eu diria que o presente trabalho deve ser entendido como uma modesta contribuição onde um certo "jargão sociológico" se, por um lado, me leva a ser afirmativa em muitos momentos, por outro esconde, nas entrelinhas, a "angústia de recomeçar a pesquisar", na árdua tarefa que compete à análise social de tentar "fixar o que se move".

CAPITULO I

Tecnologia como produção social:
capacidades técnicas e poder social diferenciados.

1.1- Dimensão política da tecnologia.

O campo tecnológico

Em recente trabalho onde discute a produção social da tecnologia, FIGUEIREDO (1989:3) afirma que a tecnologia pode ser conceituada genérica e contemporaneamente como sendo um "conjunto de **meios** ou **atividades** através dos quais o homem procura mudar ou manipular o seu ambiente".

Em torno desse conceito que implica a existência de dois termos fundamentais: "meios" (instrumentos produzidos ou não pelo homem) e "atividades" (procedimentos) surgem duas grandes linhas de interpretação. Uma delas concebendo a tecnologia como elementos materiais que se impõem ao homem. A outra, abordando-a pela ótica da produção social. Nesta, a referência básica vem a ser o fazer humano em uma de suas importantes dimensões: a que remete às relações de poder e aos interesses diferenciados.

Esta segunda opção analítica ao abordar a tecnologia como uma relação social e não como um produto acabado, uma ferramenta ou um objeto, aponta para dois aspectos importantes da questão. O primeiro deles refere-se ao fato de que a tecnologia, enquanto produto social, tem uma história⁽⁵⁾ (o próprio discurso interpretativo dessa história já implica uma determinada concepção de tecnologia). O segundo remete à consideração de que a análise das questões relativas à produção, difusão e consumo da tecnologia nas sociedades contemporâneas devem ter em conta as várias dimensões que ultrapassam aquela especificamente "técnica" no sentido mais restrito do termo.

Estas dimensões - econômica, científica, ideológica e política⁽⁶⁾ - são profundamente enraizadas na natureza social da tecnologia. Isto supõe a existência de uma problemática no que respeita tanto à relação entre estas dimensões, como ao entendimento das especificidades

(5) Ver a respeito, FIGUEIREDO, (1989:4) quando afirma que é com a revolução comercial da idade média que vai-se verificar o primeiro surto de desenvolvimento tecnológico com implicações mais profundas nas sociedades contemporâneas, assim como a primeira aproximação entre tecnologia e ciência, proposta por Francis Bacon (WHITE, apud FIGUEIREDO, op. cit.). A natureza da atividade tecnológica, porém, vai-se definir em termos modernos com a revolução industrial e seus desdobramentos no séc. XIX. A partir daí, ficam intimamente ligados: tecnologia e ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico - industrial.

(6) FIGUEIREDO, op cit.

de cada uma delas, indicando, assim, uma "questão tecnológica" como objeto de análise. Em outras palavras, equivale a dizer que a tecnologia - entendida enquanto produção social - impõe-se à investigação sociológica como algo complexo e cuja análise deve ser problematizada.

Nesse sentido, é que o privilegiamento metodológico do conceito da tecnologia como produção social, permite entender, segundo SOBRAL (apud FIGUEIREDO, op.cit.), que o poder de controlar forças físicas e sociais que a ciência e a tecnologia possuem é, por sua vez, submetido ao poder sobre elas exercido pela sociedade, poder social emanado seja da infra-estrutura econômica, da sociedade política (Estado) ou da sociedade civil. A tecnologia possui sempre dois conteúdos: um dominador e um emancipatório.

A opção pelo uso de determinadas tecnologias não deve ser vista pelo prisma do determinismo tecnológico. Pelo contrário, tal opção é definida pelas relações sociais em sentido amplo, uma vez que as necessidades sociais de determinadas tecnologias, assim como a definição por determinado padrão tecnológico dominante, são definidas socialmente. É ainda nessas mesmas relações sociais que as diferentes possibilidades de apropriação do avanço tecnológico são criadas.

As diferentes possibilidades de apropriação, por

sua vez, subentendem "sujeitos sociais (nações, classes ou grupos sociais) diferenciados" (FIGUEIREDO, op. cit: 6), com possibilidades diferenciadas de produzir, consumir ou difundir tecnologia e, no limite, a própria concepção de tecnologia.

O surgimento de novas tecnologias interferirá nas relações sociais, quer pela sua utilização como força produtiva, quer como instrumento de dominação política; como fator ideológico de legitimação do Estado ou como instrumento de crítica às relações de poder estabelecidas. Assim, "a prática tecnológica [deve ser vista] como campo de conflito que seleciona algumas opções tecnológicas em lugar de outras". (SOUSA e SINGER, apud FIGUEIREDO, op. cit.: 6).

Concretamente, a tecnologia não se desenvolve de forma neutra mas sempre segundo interesses. No capitalismo, esse desenvolvimento é, predominantemente, determinado por interesses das classes detentoras do capital (ARAUJO, 1988) que, em última instância conduzem e orientam o processo da produção social. Nesse sentido, a tecnologia (FIGUEIREDO, op. cit.: 21) vem a ser "um campo de manifestações de interesses que não são indeterminados no sentido de que sua possibilidade é dada por situações concretas do desenvolvimento científico, de condições econômicas e de homogeneizações ideológicas".

A pressuposição de uma "questão tecnológica", abre espaço para a utilização da categoria "campo tecnológico" (ALMEIDA, 1989) inspirada na categoria "campo científico" de BOURDIEU (apud ORTIZ, 1983: 122). Se a "questão tecnológica" pressupõe interesses em disputa, o conceito de "campo tecnológico" por sua vez, permitirá a análise de situações concretas de confrontos de interesses opostos e contraditórios em torno da atividade tecnológica.

A respeito da categoria "campo" em geral e de algumas de suas propriedades, BOURDIEU (1983: 89) considera que:

"Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como **espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, (...)**. Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes (...) [daí ser] possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interpretar outros campos (...). Cada vez que se estuda um novo campo (...) descobre-se propriedades específicas, próprias de um campo particular, ao mesmo tempo que se faz avançar ao conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias.(...)sabe-se que **em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência**".

O conceito, portanto, apresenta valor heurístico seja no sentido do entendimento da existência e das especificidades de determinados "campos" seja em termos da

apreensão do campo como parte de uma totalidade, distanciando-se teoricamente, tanto da segmentação da realidade como, também, da pura generalização, uma vez que tais perspectivas metodológicas, por si sós, "in extermis" vêm a ser verdadeiros instrumentos de desconhecimento. A primeira, por ficar circunscrita a um nível "micro" de análise e a segunda, pelo contrário, por não dar conta das especificidades que as situações concretas apresentam. A noção de totalidade não pode ser apreendida como sendo a "soma" dos diversos campos e sim, como uma teia de relações existentes entre as forças intra, inter e extra campos, cuja dialética deve ser sincrônica e diacronicamente apreendida.

ALMEIDA (op.cit.) utiliza esse conceito na análise do confronto entre posições diferentes e opostas na "luta pelo monopólio da competência tecnológica entre a tecnologia "moderna" e a tecnologia "alternativa"⁽⁷⁾ na agricultura". "Campo tecnológico" é concebido como:

"o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial estando em jogo especificamente nessa luta o **monopólio da autoridade científica** [tecnológica] definida, de maneira inseparável, como **capacidade técnica e poder social**. (...). Está em jogo, em realidade, o **monopólio da competência tecnológica**, compreendida enquanto **capacidade de falar e agir legitimamente** de maneira autorizada, outorgada a um determinado agente social ou instituição. Esta (...) está

(7) A primeira é identificada como "estratégias de conservação" e a segunda como estratégias de subversão das relações de poder do campo tecnológico. (ALMEIDA, op. cit.).

longe de ser desinteressada, pois o próprio funcionamento do campo tecnológico e as relações que ele estabelece com outros campos, **produz e supõe** uma forma específica de interesses" (ALMEIDA, op.cit.: 166) (grifos do autor).

O aparente imobilismo que a noção de campo poderia sugerir a partir de uma interpretação "estruturalista" (no sentido de imobilizar o sujeito na estrutura) é colocado em cheque pela presença de conceitos - indissociáveis da noção de campo - como os de relação, estratégias e lutas. Nesse sentido, ALMEIDA (op.cit.: 167) destaca que "a estrutura dos campos está mudando constantemente, dependente que é das relações de força entre os protagonistas em luta". Tais alterações/transições na estrutura dos campos sendo determinadas pela prática dos diferentes tipos de estratégias:

"(...)a estrutura dos campos pode variar entre dois limites teóricos - quanto às suas propriedades estruturais e morfológicas - de fato nunca alcançáveis: de um lado, a situação de **monopólio de capital específico de autoridade** (capital tecnológico, social, simbólico) e, de outro, a situação de **concorrência perfeita** supondo a distribuição equitativa desse capital entre todos os concorrentes." (ALMEIDA, op. cit.: 168). (grifos do autor).

Perpassando todo o campo e estando presente em sua estrutura e dinâmica, encontram-se as relações de poder. A respeito, no campo tecnológico, ALMEIDA (op. cit.: 169) salienta:

"O campo tecnológico mostra-se muito heterogêneo, manifestando uma luta muito desigual entre agentes sociais desigualmente dotados de capital

específico⁽⁸⁾. Os **dominantes** no campo (...) ocupam as posições mais altas na estrutura de distribuição do capital tecnológico; e os **dominados** (...) ocupando as posições mais subalternas e marginais, com pouco capital e reconhecimento social e político da tecnologia defendida. (...). As forças dominantes no campo tecnológico (...) praticam **estratégias de conservação** da estrutura, visando assegurar a perpetuação da ordem tecnológica estabelecida e com a qual compactuam. Em situação **minoritária e dominada** (...) agentes praticando **estratégias de subversão**, tentando derrubar a ordem tecnológica estabelecida". (grifos do autor).

Situações concretas parece possível de serem investigadas pelo emprego da categoria "campo tecnológico", sobretudo no sentido de que tal análise não fique prisioneira de um formalismo teórico que impossibilitaria pensar a dialética do movimento real. Dizendo de outra maneira, não dando conta da relação intra e extra-campo numa apreensão sincrônica e diacrônica de uma realidade que se apresenta como uma totalidade multifacetada. Nesse sentido, observo que:

"O campo tecnológico não é fechado em si, não se limitando e se esgotando nele mesmo. Ele **mantém relações** e tem forte **dependência** de outros campos. Sua ordem - a tecnológica - está **profundamente relacionada à ordem social dentro da qual ela está inserida**. Assim, as estratégias empregadas pelas forças em luta no campo são muito

(8) "O capital específico no campo tecnológico é aquele adquirido nas lutas anteriores e que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições, acumulado como posições ideológicas e políticas e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos agentes sociais e instituições no referido campo. Os agentes da tecnologia "moderna", por conseguirem impor suas estratégias, são os que assumem a posição dominante no campo tecnológico" (Almeida, op.cit.: 167).

influenciadas pelas posições que os agentes sociais assumem fora do campo tecnológico. Neste sentido, pode-se afirmar que uma alteração específica, algo que inicia um novo período no campo, é a sincronização de uma necessidade interna com que se passa fora do campo no universo que o envolve. **Portanto, as alterações/mudanças específicas do campo tecnológico têm uma certa relação com as mudanças externas**". (ALMEIDA, op.cit: 169).

Para ALMEIDA (op.cit.) a principal oposição do campo situa em posições antagônicas - e desenvolvendo estratégias diferenciadas - de um lado, a chamada tecnologia "moderna" e de outro, a chamada tecnologia "alternativa". Tal oposição pressupõe um sistema de posições político-ideológicas e tecnológicas não apenas internas ao campo mas influenciadas pelas posições que os diversos agentes de um e de outro lado assumem fora dele. Esse campo de forças estabelece-se em torno de posições tendentes a conservar ou transformar a estrutura do campo tecnológico. Nesse embate, uma questão fundamental vem a ser a existência dos diversos princípios de legitimidade que vão caracterizar as diferentes linhas e que se constituem em armas desse confronto.

Um desses princípios - fundamental e transformado em arma de luta pelos agentes que defendem essa posição - é a noção de cientificidade como pressuposto da chamada tecnologia moderna. Seus oponentes - os dominados no campo - apontam para a "dimensão político-institucional e cultural" que propugna pela neutralidade tecnológica. O

autor refere-se ainda à existência de uma multiplicidade de "princípios de legitimidade e argumentações" que se aliam a uma complexa rede de relações⁽⁹⁾ estabelecida tanto entre os agentes sociais da tecnologia quanto entre as instituições que lhes abrigam. A luta pelo monopólio da competência tecnológica estabelece-se quando:

"(...) os agentes que propõem tecnologias "alternativas" assumem e tentam definir posições, propostas e estratégias distintas daquelas instituições e agentes que propugnam tecnologias "modernas". **Aqueles**, tentando a **manutenção** ou no máximo a **redefinição** do campesinato, procurando manter certas tradições e características dele e promovendo **estratégias de subversão** da ordem e estrutura dominante no campo tecnológico. **Estes**, em oposição, procurando **transformar** - ao mesmo tempo que redefinem - o campesinato segundo interesses das classes e segmentos dominantes na sociedade, afirmando práticas e técnicas consideradas "modernas" visando a transformação da agricultura "tradicional" e a **manutenção** da definição da tecnologia." (ALMEIDA, op. cit.: 176). (Grifos meus).

ALMEIDA (op. cit.), ao utilizar a noção de campo, situa as relações de poder⁽¹⁰⁾ no campo tecnológico e os

(9) Há dois grupos de determinações importantes para as posições assumidas pelos agentes no campo tecnológico: primeiro grupo diz respeito à "origem social" e à "trajetória e relação profissional dos agentes"; o segundo grupo de determinações engloba os "grandes eixos de argumentação na luta" ou as "grandes [principais] oposições" (ALMEIDA, op. cit.: 178).

(10) A respeito, ver CALDEIRA (1989: 26): "[O poder] pode ser descrito como um campo entrecortado por relações de poder", citando FOUCAULT: "A relação de poder não é uma simples relação entre parceiros, individuais ou coletivos: é uma maneira pela qual certas ações modificam outras (...). Alguma coisa chamada Poder com ou sem maiúscula, que se imagina que exista universalmente de forma concentrada ou difusa não existe. Poder só existe quando

mecanismos de reprodução do próprio campo, a partir do movimento dos agentes que realizam as práticas de conservação e as de subversão da ordem. Dessa forma, situa a luta travada em torno da legitimidade do conhecimento tecnológico entre tecnologia moderna e tecnologia alternativa; entre a ortodoxia do pólo dominante e a heterodoxia do pólo dominado. Sobre tais posições ortodoxas e heterodoxas, BOURDIEU (apud ORTIZ, op.cit.: 145) considera que:

"O campo de discussão que a ortodoxia e a heterodoxia desenham, através de suas lutas, se recorta sobre o fundo do **campo da "doxa"**, conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita de qualquer discussão".

Partindo dessa consideração, ORTIZ (op. cit.: 226-9) aponta para a necessidade de se colocar uma questão: até que ponto a teoria dos campos, ao desvendar os mecanismos da reprodução da ordem dos campos, pode ser útil para pensar as possibilidades de transformação?

Segundo o autor, há dois aspectos a considerar para se tentar uma resposta. Um deles é o de que o processo de reprodução dos campos se encontra relativizado pelo caminhar da história. O outro é o de que se por um lado, as estratégias heréticas (subversão) podem ser

ele é posto em ação, mesmo se, é claro, ele é integrado num campo heterogêneo de possibilidades que incidem sobre estruturas permanentes."

cooptadas pelo poder dominante e absorvidas pelo pólo dominador, por outro, elas podem associar-se ao movimento da história, soldando-se organicamente às classes subalternas ou ao pólo dominado, fundando-se um novo bloco histórico. Possibilidade de transformação⁽¹¹⁾ que pode ser pensada, ainda, a partir do conceito de "hegemonia" de Gramsci. Nesse sentido, CALDEIRA (1989: 23) observa que:

"[no conceito de hegemonia] a dominação nunca era completa e total - e é disso que a sua noção de hegemonia procura dar conta. Uma classe hegemônica é aquela que é capaz de organizar a sociedade de acordo com seus próprios interesses e visões. (...) No entanto, se a hegemonia supõe a articulação do consenso, ela não implica na erradicação de possibilidades de diferenciação. (...). **Assim sendo, uma visão hegemônica pode coexistir com visões alternativas e até mesmo de oposição existentes na sociedade.** O ponto central é que uma visão, a dominante, engloba as outras, mas essas podem se articular em espaços marginais." (grifos meus).

Tanto a consideração de ORTIZ (op.cit) quanto a de CALDEIRA (op.cit.) parecem-me teórica e metodologicamente oportunas para o presente estudo cuja problemática central está, em grande medida, afeita a essa indagação. Isto, de certo modo, remete ao limite e à possibilidade de superação da análise de ALMEIDA (op.cit.). Este, ao centralizar a oposição no campo tecnológico em torno da polaridade entre tecnologia "moderna" e tecnologia

(11) A esse respeito ver ORTIZ (op. cit: 28-9) quando aponta para uma sociologia da "reprodução" presente na teoria dos campos de Bourdieu. Em contrapartida, aborda a questão das possibilidades de transformação, a partir da teoria dos campos.

"alternativa", embora refira-se aos camponeses, o faz preso a um limite que é o de situá-los como um "objeto" e não como sujeitos sociais dentro dessa disputa. Apontar esse limite significa resgatar a presença desses sujeitos, identificando uma "terceira" estratégia no campo tecnológico.

Esta - que vem a ser a estratégia de **resistência**,⁽¹²⁾ - recoloca na análise do campo, a situação dos camponeses enquanto sujeito coletivo e não apenas como objeto da disputa. Ela remete à própria permanência e reprodução dos camponeses na sociedade capitalista e à sua posição no campo tecnológico. Posição essa, referendada pela sua inserção na sociedade.

A compreensão da estratégia de resistência - que na verdade poderia ser chamada de "estratégias de resistência" pela variedade de formas específicas que

(12) Cf. CALDEIRA (1989: 36): "Apesar do tema da resistência ser um dos mais recorrentes nas etnografias que se ocupam das relações de oposição e de poder, é claro que não existe um consenso sobre o modo de concebê-lo e analisá-lo. (...) foi inicialmente valorizado nas discussões com o marxismo como uma tentativa de escapar ao estigma de "falsa consciência" e de se resgatar a **dimensão crítica inerente a toda vivência de situações de coerção e de dominação** (...) se a resistência pode ser encontrada em qualquer lugar e sob qualquer forma (...) o fato é que fica muito a cargo do analista definir o que é e o que não é resistência (...) quando se olha para o poder em termos de relações de forças, há que se encontrar sempre dominação e resistência à dominação (...) [a resistência] passa a ser tratada apenas como parte intrínseca da realidade e da constituição de experiências cotidianas." (grifos meus).

assume nas situações concretas - traz à cena a existência do chamado "saber" camponês⁽¹³⁾. Este não se traduzindo por um conhecimento tecnológico "autóctone", mas por toda uma vivência que respeita à construção e reforço da identidade social dos camponeses, em cujo contexto se inserem as práticas tecnológicas.

No perfilamento teórico da categoria de estratégia de resistência, no presente estudo, tomo como referência a noção de poder (FOUCAULT, 1990), e a de resistência (CHAUI, 1989 e MOTA, 1990).

Com o primeiro, busco pensar a questão da constituição dos saberes e dos discursos, entendendo que "não há relação de poder sem constituição de um campo de saber que por sua vez constitui novas relações de poder" (FOUCAULT: op. cit.: XXII). O poder é analisado como relação de forças ou modelo estratégico.

Com a segunda, pelo prisma da cultura popular, concebida como um conjunto disperso de práticas constituídas durante a própria prática, penso a resistência como práticas cotidianas que questionam as formas sutis de violência que operam no processo de destituição do saber. As manifestações dos dominados numa sociedade autoritária, onde objetos de conhecimento

(13) Tema a ser tratado ainda neste capítulo.

tornam-se objetos de poder.

Com a terceira, recorro a uma abordagem específica acerca do tema da resistência camponesa relacionada a projetos de autonomia frente à subordinação imposta pelo capital, traduzida nas últimas décadas pelo processo de modernização da agricultura.

Com base nesses enfoques, proponho abordar a relação entre uma "verdade científica" (tecnologia moderna) e um "saber das massas" (tecnologia camponesa). Este último, subordinado através de um poder que o invalida socialmente. Assim, no campo tecnológico, o saber e a tecnologia camponesa em termos de legitimidade social e no discurso hegemônico são tidos como:

"Série de saberes que tenham sido desqualificados como não-competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade" (FOUCAULT, op.cit.: 170).

No entanto e, a par disso, tem-se que:

"Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder. Onde há poder, há resistência. Não existe o lugar de resistência, mas pontos móveis e também distribuídos pela estrutura social." (FOUCAULT, op. cit.: XXII).

Reconhecendo-se a inevitabilidade da resistência como a outra face do poder nas relações sociais, a luta coloca-se como a inversão do poder, tornando possível buscar no contra-discurso expresso pelos dominados o

confisco do poder/monopólio de falar da tecnologia. No que concerne aos camponeses, tal resistência pode ser buscada nas práticas cotidianas. Para MOTA (1990: 10):

"(...) a resistência cotidiana é uma das formas de ação política exercida rotineiramente e portanto, expressão da necessidade de transformação social a partir das perspectivas do grupo camponês, [muitas vezes] sem estabelecer continuamente um conflito aberto, mas impondo limites à exploração do seu trabalho no interior da unidade produtiva(...) a questão de fundo é a resistência à expropriação das condições que permitem a sua reprodução enquanto camponês, num espaço ainda que limitado, de exercício de "autonomia". (Grifos meus).

Dissipando qualquer tentativa de "fechar" o conceito, lembro, ainda, que a resistência desenvolvida pelos camponeses têm especificidades históricas, devendo ser vista como um movimento sinuoso e não linear; estratégico e não pré-determinado, como as práticas "dispersas" referidas por CHAUI (op. cit.). Esse jogo social impõe limites a homogeneizações tanto no que se refere às relações capitalistas quanto ao próprio conjunto dos sujeitos sociais situados sob a rubrica do campesinato.

Tendo em conta a oposição e as estratégias apontadas por ALMEIDA (op.cit.) e resgatando a presença dos camponeses e a estratégia de resistência no campo tecnológico surge uma nova possibilidade nesse campo que vem a ser a questão das alianças⁽¹⁴⁾ que se constroem

(14) O conceito pressupõe a crítica à visão dicotômica: movimento social X grande política partidária formal ou institucional. A crítica refere-se tanto às posturas

nos enfrentamentos das lutas.

As relações de poder estabelecidas no campo tecnológico ocorrem num mesmo processo tanto de exclusão do saber camponês quanto da luta pelo seu reconhecimento subentendendo-se aí, não apenas a dimensão propriamente "técnica" mas sobretudo a dimensão política da tecnologia. Essa luta pelo reconhecimento do saber camponês indica não apenas a oposição entre tecnologia "moderna" e tecnologia "alternativa" através dos seus agentes e instituições como pressupõe a presença mesma dos camponeses nesse processo.

É portanto a presença dos camponeses na sociedade contemporânea, a sua existência como sujeito social, o fundamento e o substrato das oposições. Nesse sentido reconhecer essa presença é reconhecer também a possibilidade das alianças, ou, utilizando os termos gramscianos, a formação de novos "blocos históricos" (ORTIZ, op. cit.). Resta, ainda, analisar por onde passa essa aliança, seus limites e perspectivas.

elitistas (que vêem as práticas cotidianas de resistência como pré-políticas) quanto às respostas populistas (para as quais os grupos sociais, mormente aqueles pertencentes às classes subordinadas, prescindiriam de alianças). Com SOARES (op. cit: 226), considero que: "(...) há níveis de organização dos grupos sociais independentes da ordenação sindical, institucional, religiosa e partidária, assim como há implementação de projetos "espontâneos" racionais e objetivos, alicerçados, inclusive em alianças das mais variadas significações".

ALMEIDA (op.cit), ao tratar das oposições já citadas, contribui de forma relevante para avançar na questão que é objeto da presente análise. Tal contribuição introduz teórica e empiricamente o pressuposto da existência de uma aliança entre camponeses e os defensores da chamada tecnologia "alternativa" em oposição aos defensores da chamada tecnologia "moderna".

Tal situação corresponde ao estabelecimento de relações de "oposição"⁽¹⁵⁾ entre Estado e Sociedade Civil, sendo estes os dois "locus" privilegiados de organização das estratégias ortodoxas (conservação) e heterodoxas (subversão e resistência⁽¹⁶⁾) no campo tecnológico. Pelo estudo de caso acerca das relações entre a comunidade camponesa de Corgão/Boa Esperança e o CAA/Norte de Minas⁽¹⁷⁾, analisado a partir desse pressuposto, busco

(15) O Estado opõe-se ao conjunto da sociedade pela sua ação na defesa de interesses (de classe) particulares e parciais. "Oposição" não pressupõe a visão de um Estado organizado fora e acima da sociedade civil mas concebido como uma "condensação material de uma correlação de forças" (FOULANTZAS, 1985: 141). A ênfase nessa oposição tem a finalidade de acentuar o caráter da **atuação** do Estado na modernização da agricultura e, num mesmo processo, as **respostas** gestadas fora do aparelho de Estado, na sociedade civil. Entendo que esses "locus" privilegiados de constituição das estratégias - Estado e sociedade civil - embricam-se numa relação dialética.

(16) Ver CALDEIRA (op.cit.:26) (...)resistência não é nem uma característica específicas de sociedades camponesas, nem "técnicas de baixa visibilidade" (...) adequadas à estrutura social do campesinato [assim como não é] substitutivo para uma revolta ou revolução impossíveis.

(17) Ver capítulo III e IV desse trabalho.

situar particularidades dessa relação.

Entretanto, se tal aliança parece óbvia, essa constatação não pode obscurecer a complexidade dessa relação sob pena de simplificar a análise e escamotear questões importantes para o seu entendimento. Tais questões respeitam tanto às próprias tensões decorrentes da presença de mediadores junto aos camponeses, quanto àquelas que remetem ao entendimento de que, no que respeita à questão tecnológica para os camponeses não se podem realizar generalizações apressadas e simplificadoras.

No caso específico da tecnologia, FIGUEIREDO (1989) considera que, se por um lado o problema tecnológico na agricultura vem assumindo importância crescente para o movimento sindical dos trabalhadores rurais a partir da década de 70, por outro lado, a visão mesma que os trabalhadores têm a respeito da tecnologia absorvida na agricultura pode ser analisada como sendo complexa e contraditória e ainda não suficientemente elaborada como um projeto político para o setor agropecuário. No entanto, conclui que já se esboçam alguns elementos de um tal projeto, principalmente "(..)" no que tange tanto à necessidade de publicização das dimensões e implicações do pacote modernizador no que toca ao uso controlado de tecnologias modernas, quanto à

necessidade de reconhecimento da competência de outros saberes além daquele absolutamente técnico (...). Para parcelas significativas de camponeses pequenos produtores rurais, no entanto, a tecnologia moderna facilita o trabalho, além de conduzir a uma melhoria da qualidade de vida". (grifos meus).

É, pois, num terreno complexo e contraditório que parece situar - em toda a sua complexidade - a questão em torno da relação saberes/poderes e das oposições e alianças no campo tecnológico envolvendo as estratégias de manutenção, de subversão e de resistência. Aquelas como estratégias de conservação e estas, como "práticas heréticas" questionando a estrutura do campo e da própria sociedade e as relações de poder aí estabelecidas.

1.2-Estratégias de manutenção "versus" práticas heréticas (subversão e resistência) no campo:

1.2.1- A Tecnologia "moderna": as estratégias de conservação e os (des)caminhos de um Estado "de costas" (18) para os camponeses.

O "íntimo entrosamento entre ciência e tecnologia" - característica que se constitui em premissa básica do discurso da tecnologia moderna - é estabelecido

(18) Tomado emprestado a GRZYBOWSKI (1987).

definitivamente com o advento da revolução industrial e seus consequentes desdobramentos no século XIX. O desenvolvimento tecnológico, então, já com implicações profundas nas sociedades contemporâneas, além de estar estreitamente vinculado ao conhecimento científico, passa a ser predominantemente definido pela ligação indiscutível com a atividade econômico-industrial.

A base, portanto, da criação, difusão e consumo de tecnologias é a conexão tecnologia-economia-ciência⁽¹⁹⁾, conduzindo crescentemente à uma especialização e à eficiência da tecnologia. Esta leitura traz implícito o poder da concepção dominante no campo tecnológico, visto que "(...) a atividade tecnológica é **constitutiva da vida em sociedade**, praticada em **diferentes tempos e lugares** (...)". (FIGUEIREDO, op. cit.: 4). (grifos meus).

A vinculação da tecnologia ao desenvolvimento industrial ou por outros termos, a definição de tecnologia pelo conceito de indústria tem uma história que pode ser

(19) Nesse sentido, cf. PORTO (19__ : 4): "(...) o processo de modernização e industrialização da agricultura (...) não tem como variável explicativa chave a busca de uma racionalidade para o setor agrícola em si, explicando-se, pelo contrário, pela busca da racionalidade agrícola que seja adequada à racionalidade do sistema econômico como um todo. (...) [o que equivale a dizer que] (...) analisa-se a transformação ocorrida na agricultura como um mecanismo de adequação do desenvolvimento do setor às exigências da acumulação do capital (...) e mais particularmente às exigências de crescimento do setor industrial (...)".

contada a partir de determinada correlação de forças sociais que define o próprio significado (dominante) do que seja tecnologia. Por esta afirmação, busco introduzir algumas questões relevantes para a presente análise, como o fato de haver um conceito dominante do que seja tecnologia; a consequente exclusão ou subordinação de outros possíveis modos do "fazer social" e a dicotomia "moderno" versus "atrasado" à qual subjaz a oposição entre "sociedades com tecnologia" versus "sociedades sem tecnologia" (20).

A associação entre tecnologia, ciência e indústria tem, portanto, consequência para a análise das questões referentes ao campo tecnológico. Especificamente acerca do "desenvolvimento da agricultura", ocorre uma associação tão estreita e dominante, chegando a confluírem para alguns pontos comuns, pensamentos tão díspares (e "clássicos" para o tema) como os da tradição neoclássica e o da tradição marxista⁽²¹⁾. Quanto aos primeiros:

"(...) o que caracteriza o pensamento neoclássico é a idéia de que o desenvolvimento e o bem-estar social dependem fundamentalmente da capacidade da agricultura transformar sua base técnica no sentido de incorporar de forma crescente meios de

(20) Ver a esse respeito CLASTRES (1978) na crítica às noções etnocentristas em análises das chamadas sociedades arcaicas que são "determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta (...) invocam-se o subequipamento técnico e a inferioridade tecnológica" (op. cit.:133).

(21) Ainda sobre posições das tradições neo-clássica e Marxista acerca do tema, ver ALMEIDA (op.cit.) e GOODMAN et al (1990)".

produção de origem industrial".(ABRAMOVAY, op. cit.: 42).

Essa matriz veio a se constituir, no Brasil, na base teórica que orientaria a formulação de políticas públicas para o setor agrícola. Tal posição pode ser resumida, segundo ABRAMOVAY (op.cit.: 43, citando PAIVA) pela interpretação neoclássica no Brasil:

"Com a adoção de novas tecnologias, obtém-se sensíveis aumentos de produção e de produtividade, acompanhados de redução dos custos de produção... através da modernização (com ou sem uma redistribuição de terras) chega-se, portanto, em princípio, à solução adequada do problema da pobreza na agricultura".

O pensamento neoclássico privilegia o conceito de **fatores de produção** que - segundo esta concepção - na chamada "agricultura tradicional" possuem baixa produtividade com geração de retornos pequenos. A agricultura "tradicional" deve, pois, ser substituída pela agricultura "moderna", por haver uma dicotomia radical entre ambas, visto que o que caracteriza a primeira é a baixa produtividade de fatores empregados mesmo que da melhor forma possível. Ao Estado cabe, portanto, difundir tecnologias "modernas" capacitando os agricultores para adotá-las. A versão brasileira do pensamento neoclássico, embora leve em conta o caráter problemático da modernização em países "subdesenvolvidos", não coloca em xeque a modernização mas tão somente sugere medidas paliativas. Nesse sentido, tal concepção encontra-se na

origem da formulação das chamadas "políticas sociais"(22). Os autores de tradição marxista não estabelecem uma relação automática entre progresso técnico e bem estar social. Em geral, enxergam tanto o oposto dessa premissa neoclássica em países pobres (onde o "progresso" das forças produtivas agravou os problemas de pobreza), quanto a diferenciação e as relações de "imperialismo/dependência"(23) crescente entre países ricos e pobres. O ponto central para os marxistas vem a ser a questão da apropriação dos resultados do progresso técnico pelos agricultores e pelos trabalhadores em seu conjunto. No Brasil essa interpretação tem levado, grosso modo, à concepção de que:

"(...) o caminho não é o de negar (cegamente) o papel do progresso técnico no aumento da produtividade agrícola, e, sim, o de questionar diretamente o modo de apropriação dos seus frutos e os sistemas que o sanciona". KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA (apud ABRAMOVAY, op. cit.: 46).

Os marxistas, no entanto (como os neoclássicos), também trabalham com a oposição entre agricultura "tradicional" e agricultura "moderna" cujo critério distintivo é o emprego de insumos industriais e de máquinas. Esse é o ponto de aproximação entre as duas "escolas". Ao tentarem conciliar a preservação do ponto

(22) A respeito das políticas sociais como políticas de legitimação do Estado, ver CHALOULT (1988) e cap. II desse trabalho.

(23) A respeito, ver FIGUEIREDO (1978), quando aborda as teses "dependentistas" das análises da economia brasileira.

de vista técnico com a revolução no conteúdo social do modelo, marxistas e neoclássicos aproximam-se. Ambos não colocam em xeque a associação do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura com a sua integração crescente à indústria (24). Para ABRAMOVAY (op.cit: 45):

"(...)ambas [posições] são fiéis à tradição da divisão do trabalho e à especialização. O desenvolvimento das forças produtivas só ocorreria quando o agricultor se especializasse e se integrasse à divisão do trabalho de forma a encontrar em outros ramos de produção social os insumos e as máquinas que possibilitarão o progresso em sua atividade. Do ponto de vista técnico não haveria outra possibilidade: atraso ou integração". (grifos do autor).

Não se pode fazer "tábula rasa" das diferentes ênfases postas por marxistas e neoclássicos em torno da questão, assim como de suas consequências teóricas e práticas. No entanto, o ponto para onde ambos convergem - quando reconhecem como única via de progresso na agricultura a utilização crescente de máquinas e insumos de origem industrial - vem a ser a base teórico/prática da proposta de modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, a "indústria é o caminho" (ABRAMOVAY, op. cit.) da modernização agrícola.

No Brasil, a perspectiva teórica "modernizante" - profundamente marcada pela concepção neoclássica - converte-se, na prática, num projeto de modernização

(24) cf. ALMEIDA (op.cit.)

agrícola, dirigido e subsidiado pelo Estado, onde ocorreria uma passagem dos "complexos rurais aos complexos agroindustriais" (25). A constituição dos CAI's torna-se central nas análises acerca da agricultura brasileira a partir da década de 70. Com a centralidade nesta problemática, a importante questão em torno de caminhos alternativos para a modernização fica relegada para segundo plano, no campo das produções teóricas sobre o processo. Como questiona ABRAMOVAY (op. cit.: 47): "Até que ponto é verdadeira a afirmação de que somente na indústria a agricultura pode encontrar os meios de produção necessários ao seu progresso técnico?"

Não se trata de negar a evidente existência das transformações embutidas no conceito de "progresso", mas sim de trabalhar a formulação ideológica do seu "caminho necessário" (ibidem). Buscar responder a essa questão significa trazer para a "tela" um outro sujeito social, os camponeses, ocupando no processo de modernização, uma posição subordinada tanto em termos das representações do pensamento dominante a seu respeito, quanto em termos de ser tratado enquanto objeto de políticas públicas modernizadoras ou "sociais", consequência política concreta das referidas representações.

Nestas, até mesmo para um segmento do chamado

(25) Sobre essa "passagem", ver KAGEYAMA et al (1987).

pensamento crítico (como é o caso de uma ala significativa da tradição marxista) os camponeses aparecem como espécies à margem da história universal das "sociedades modernas", sobrevivências anacrônicas de uma fase ultrapassada.

O projeto político de modernização da agricultura brasileira, gesta-se num movimento de exclusão/atrelamento dos camponeses, num processo onde o questionamento da indústria como "mão única" (ABRAMOVAY, op. cit) para o "progresso" da agricultura não tem lugar, pelo menos para as forças dominantes no campo tecnológico.

Há exaustivos estudos sobre o processo de modernização do campo no Brasil⁽²⁶⁾, realizados a partir de vários e variados enfoques. Tais estudos - em suas abordagens específicas - são perpassados por uma importante questão: como foi possível para uma estrutura baseada em complexos rurais agro-exportadores (com base no poder secular das oligarquias rurais) passar para uma outra estrutura agroindustrial diversificada ou seja um mercado em expansão para a indústria (com base em uma estrutura moderna do capital financeiro e industrial)? a resposta se dirige para a presença do Estado.

Com referência em GOODMAN et al (1990: 147),

(26) ver entre outros: MARTINE e GARCIA (1987), FIGUEIREDO et al (1989), AGUIAR (1986), SILVA (1982), WILKSON (1986), SORJ (1986) e MULLER (1982) que, em abordagens nem sempre convergentes, tratam do tema.

considero o papel do Estado como determinante para explicar o processo e os padrões diferenciados da modernização agrícola no Brasil, quando afirmam - a respeito do papel do Estado em relação às transformações da agricultura nas sociedades industrializadas:

"O Estado promoveu implacavelmente a inovação técnica. Ao manter uma **ampla gama de subsídios fiscais e creditícios** o Estado isolou a lucratividade e renda das fazendas dos efeitos integrais do rápido crescimento da produtividade e da superprodução⁽²⁷⁾. O Estado foi, portanto, o **avalista na expansão de mercados para os capitais apropriacionistas nas indústrias de suprimentos-insumos agrícolas** desde maquinaria agrícola e agroquímicos até sementes e rações." (Grifos meus).

Não é, portanto, a "mão oculta" do mercado e, sim, decisões políticas deliberadas que dirigem a transformação tecnológica na agricultura. No Brasil, as premissas do estilo de desenvolvimento eram as de uma estreita relação entre a **tecnologia, o aparato estatal e o capital**. Dessa pretensa harmonia não faziam parte questionamentos a respeito do caráter excludente desse modelo, nem da natureza do pacote tecnológico implícito. As preocupações que imperaram nos meios governamentais e nas classes que dominaram o processo reduziam-se, segundo MARTINE (1987: 260) a questões pragmáticas como:

(27) No caso do Brasil, a literatura indica que ocorreu, num primeiro momento, (década de 70), um crescimento extensivo da produção. E, num segundo momento (década de 80), um crescimento mais intensivo, onde ocorreram as conhecidas "supersafras".

"Quais são as formas mais eficazes de **promover a modernização**? Que tipos de subsídios, incentivos ou políticas cambiais têm ou teriam o maior impacto sobre o **crescimento da produção**? como melhorar a eficiência da **pesquisa por produto** de modo a adaptá-la mais rapidamente a regiões diferenciadas (...) como intensificar a **integração agroindustrial e eliminar os bolsões de agricultura improdutivo e não-comercial**?" (grifos meus).

Essa ótica de estrita racionalidade técnica enxergava como "resultados", avanços apenas parciais na produção e produtividade de algumas culturas como a soja, trigo, sorgo e milho, cana-de-açúcar e laranja, assim como a prosperidade de alguns segmentos da população, em algumas regiões. Por esse prisma, admitia-se a validade tanto do modelo de desenvolvimento quanto do modelo tecnológico que se fundamentavam na dicotomia do "atrasado/moderno" e na visão evolucionista de progresso.

Não se levavam em conta aspectos relacionados ao caráter excludente do projeto modernizador como o seu próprio limite quanto à possibilidades de aplicação generalizada do pacote tecnológico da chamada "revolução verde"⁽²⁸⁾. A respeito, VALIANATOS (1992) observa que:

(28) "O pacote tecnológico da chamada "revolução verde" - composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos - prometia viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais. Por esta via muitos [países] pretendiam alcançar rapidamente a auto-suficiência alimentar e a produção de um excedente agrícola negociável no mercado externo, iniciando assim uma espiral ascendente de re-alimentação da economia que repercutiria positivamente em todos os setores. Era a

"As tecnologias são cópias genéticas de uma cultura e não qualquer coisa abstrata e universal que satisfaria as necessidades de todos os povos. (...). Essas práticas agrícolas agressivas envenenam o meio ambiente e ameaçam a segurança da sociedade civil por se tratarem de instrumentos perigosos e dotados de poder político - normalmente conferem a seus usuários a legitimidade do progresso, da ciência e das bases de poder para controlar a natureza e as pessoas. Assim, quando o Terceiro mundo já possuía, internamente, uma estrutura colonial de classes que ostentava desigualdades abismais (...), as tecnologias brancas, colocadas nas mãos das oligarquias rurais, se tornaram catalisadoras da opressão e ecocídio no interior do Brasil, Índia e demais lugares dos trópicos." (grifos meus).

No que respeita ao Brasil, MARTINE (op.cit.: 10)

afirma que:

"Numa comparação internacional, o Brasil se destaca como um dos países onde a modernização agrícola foi efetuada de forma mais acelerada e mais profunda. Mesmo nas regiões em que a produção não foi maiormente afetada, as sequelas da onda modernizadora também se fizeram sentir de forma avassaladora, pois a especulação com a terra, produtiva ou não, fomentou o processo de concentração". (grifos meus).

Embricada, portanto, na questão do limite do pacote tecnológico quanto à sua abrangência, encontra-se a questão do seu caráter excludente, o que leva à necessidade de conhecer por onde passa, nesse processo, a exclusão dos camponeses, entendendo que nem estes podem ser tidos como sujeitos sociais homogêneos, como também não é homogênea a transformação por eles sofrida.

 promessa mais concreta de que seria possível saltar o abismo tecnológico e sócio-econômico que os separava dos países desenvolvidos" (MARTINE, op. cit). Ver, ainda, a respeito da "revolução verde", BUTTEL et al [19__].

Em primeiro lugar, torna-se necessário reconhecer que essa exclusão ocorre em vários níveis⁽²⁹⁾, destacando-se: o econômico, o político e o cultural.

A nível econômico, na medida em que a própria característica do pacote modernizador implicava uma economia de escala não compatível com a organização do processo produtivo dos camponeses, nem com a sua situação na economia capitalista. Assim, a própria "natureza econômica" das inovações tecnológicas propugnadas já excluía os camponeses de terem acesso a elas⁽³⁰⁾.

A nível político, os camponeses não eram, na correlação de forças estabelecidas, sujeitos sociais capazes de imporem um projeto alternativo⁽³¹⁾.

A nível cultural, considero que o conhecimento tecnológico da agricultura camponesa não foi incorporado

(29) Esses níveis não pressupõem autonomia ou determinação de um em relação aos demais. Apenas apontam especificidades que, de outra forma poderiam passar despercebidas.

(30) Ver a respeito, MARTINE (op. cit.), quando lembra que a adoção do pacote subentendia economia de escala, não sendo, portanto, economicamente acessível aos camponeses.

(31) Quanto ao cenário político mais amplo, a modernização é intensificada no governo militar onde os movimentos camponeses - como outras manifestações da sociedade civil - sofreram um duro golpe que repercutiria pelas décadas seguintes sobre as possibilidades concretas de articulação dos movimentos sociais. Nesse contexto, o Estado associa à gestão dos interesses do capital industrial e financeiro, o uso da força.

pelo pacote modernizador. Este, ao basear-se na lógica do binômio agricultura-indústria, exclui do seu acervo tecnológico a chamada tecnologia camponesa que nesse processo é tida como "atrasada", "ineficiente", "tradicional" e "não-científica". O monopólio da competência tecnológica, portanto pertencia ao pacote da "revolução verde", legitimando-se a ideologia do "progresso" (tecnologia moderna) e do "atraso" (tecnologia camponesa ou tradicional)(32).

Os camponeses, do ponto de vista do projeto modernizador, eram objetos de políticas de modernização que ao mesmo tempo os excluía/integrava à nova organização do processo produtivo capitalista na agricultura/indústria. Nesse contexto, o Estado dirige e implementa programas modernizadores.

O carro-chefe desses programas compunha-se de: um sistema de crédito rural acoplado a uma série de outros subsídios, incentivos e instrumentos; um sistema de pesquisa agropecuária para produzir e para "adaptar tecnologias" geradas em outros ecossistemas; um sistema de

(32) O saber do qual as instituições e agentes da tecnologia moderna são depositários "(...) sustenta-se numa visão da prática agrícola [dos camponeses] como atrasada, porque atualizada segundo princípios de conhecimentos arcaicos, primários, retrógrados ou por agricultores que não sabem o que fazem, tradicionais porque resistem às mudanças. Enfim, ele supõe a expropriação e a ilegitimidade do saber dos agricultores" (NEVES, 1989: 351).

assistência técnica e extensão rural para difundir as tecnologias modernas e atuar com programas de "bem-estar-social" e o ensino universitário e técnico-agrícola visando a produção e a adaptação de tecnologias mas, sobretudo a "cientifização" (33) das técnicas. Estas estruturas básicas (34) legitimavam o monopólio da tecnologia moderna (35) e dos saberes na medida em que se constituíam em instrumentos viabilizadores das políticas públicas para o setor:

"Os técnicos filiados [a tais estruturas] (...), coerentemente com os objetivos a elas imputados, atribuem a si a missão de transformar o agricultor num **produtor moderno**. Definem esse agricultor pela preocupação com o aumento da produção e da produtividade. Pretendem formá-lo através da

(33) "O saber dito científico é construído a partir da correlação entre fatores físicos incorporados pela produção agrícola, que redundam numa sistematização definida como **tecnologia** ou **sistema técnico** ou **sistema produtivo**. Nessa construção está em jogo a relação entre meios e fins e a busca do aumento da produção e da produtividade. A sistematização dessa tecnologia está referenciada, por outro lado, ao desenvolvimento de outros setores da economia que determina a incorporação dos produtos oferecidos pela indústria principalmente tais como insumos, instrumentos mecanizados, etc. Esses instrumentos e insumos (...) tomam como referência (...), o controle amplo de fatores de produção, a expansão da produtividade e a minimização dos custos em força de trabalho (...)" (NEVES *ibidem*: 349). (grifos da autora)

(34) Criadas como suporte da modernidade pelo governo federal, a EMBRAPA (1972); a EMBRATER; a COMPATER; (1974) e a CONCREDE (1974) tornaram-se o "locus" de reconhecimento do saber e do poder dos técnicos" (*ibidem*).

(35) cf. ALMEIDA (op.cit) quando refere-se às propostas "conservadora" e "reformista". Aquela, defendendo os princípios modernizantes mais ortodoxos; esta, traduzida pela proposta de tecnologia apropriada desenvolvida pela EMBRAPA.

oferta de um estoque de conhecimentos e da internalização de estruturas do pensamento racional [numa] articulação controlada entre meios e fins" (NEVES, op. cit: 348). (grifos da autora).

Com CHAUI (op. cit.), considero que nesse aparato institucional, encontra-se imbutida a intimidação de um sujeito social, os camponeses, cujo saber - do ponto de vista da proposta modernizadora - era incompreensível e invisível. Ou seja, legitima-se um saber estabelecido pela intimidação social (haja vista os programas de difusão de tecnologia), onde os camponeses como sujeitos sociais cognoscentes são invalidados e onde o acervo "científico" da tecnologia moderna é reafirmado.

1.2.2- Caminhos da sociedade civil: Camponeses, Organizações não-governamentais e as "práticas heréticas" no campo tecnológico

1.2.2.1- Tecnologia alternativa: estratégias de subversão no campo tecnológico.

A partir das reações à chamada agricultura moderna, vão surgir propostas de agricultura e de tecnologias "alternativas", confundindo-se muitas vezes, com a crítica mais geral à civilização urbano-industrial⁽³⁶⁾.

(36) Cf. JESUS (1985: 35) que situa a possível origem a agricultura alternativa entre agricultores europeus insatisfeitos com a moderna agricultura: "habitua-

A centralidade dessa crítica encontra-se dirigida a algumas características basicamente capitalistas do processo de desenvolvimento na agricultura a saber, o uso intensivo de capitais, o grande gasto de energia e de recursos não-renováveis; a redução de mão-de-obra e a tendência ao desemprego; o alto custo das tecnologias para sistemas intensivos de exploração; a tecnologia que implica em alta especialização e conseqüente divisão do trabalho; a centralização e o gigantismo das estruturas produtivas; a prioridade para o grande comércio (basicamente, exportação) em detrimento dos comércios locais e regionais; a racionalidade ditada pela busca do lucro e não pelo atendimento às necessidades sociais básicas; a produção em massa; a inadequação ecológica e seus conseqüentes impactos destrutivos ao meio-ambiente assim como a despreocupação com fatores e conseqüências éticas, morais e sociais (ALMEIDA, op. cit.).

No Brasil, surgem em meados da década de 70, como reação à "modernização" da agricultura, no bojo das discussões em torno da defesa da ecologia, da crítica ao

pequenas propriedades (...) [e] sempre com um cuidado muito grande com o solo (...) "a introdução dos métodos modernos de agricultura fez com que praticamente todos os anos os agricultores precisassem adquirir novas variedades desenvolvidas nas estações de pesquisa. Esse fato, aliado ao aumento de doenças animais, levou muitos agricultores a abandonarem os adubos químicos e continuarem com os métodos tradicionais de fertilização ou seja, o esterco de curral e o pousio" (grifos do autor).

modelo industrial de desenvolvimento e ao pacote da "revolução verde" já acirradas a nível mundial (ALMEIDA, op. cit.). Tais propostas, no entanto, apesar do substrato comum que vem a ser uma nova ("alternativa") concepção acerca da relação homem/natureza e a crítica à agricultura "convencional" ou "racional" (moderna) não se constituem como um projeto homogêneo. Pelo contrário:

"(...) encerram uma enorme densidade de concepções, experiências e interesses socialmente identificados quanto ao lugar que ocupa e o papel que desempenha a tecnologia agropecuária na produção e na reprodução da vida material" (ALMEIDA, op.cit.: 103).

Tal densidade de concepções no entanto, tem uma base comum e oposta à da agricultura "moderna" que é a abordagem holística da concepção alternativa, "versus" a abordagem dualista da agricultura moderna. Segundo JESUS (op. cit.: 40):

"Enquanto a agricultura convencional procura dominar a natureza, a filosofia da agricultura alternativa procura trabalhar mais com a natureza do que dominá-la."

Esse holismo, no entanto, refere-se muito mais a uma dimensão "agronômica" da questão do que a uma totalidade que incorpore a dimensão social da tecnologia. Portanto, não é o conjunto das concepções "alternativas" que vai questionar o modelo sócio-econômico vigente, mas apenas algumas delas.

Existe uma gama de concepções que vão "(...) desde a preocupação em entender as leis que regem a dinâmica da

vida, da natureza até o questionamento do modelo sócio-econômico e cultural e da maneira de os homens se relacionarem entre si e com a natureza. Por um lado, surgem projetos e propostas preocupando-se apenas em criticar os aspectos da estrutura sócio-econômica que promovem impacto destrutivo sobre a natureza. Por outro, propostas e projetos globais de transformação que não se preocupam apenas em garantir a "sobrevivência do homem", mas também garantir essa sobrevivência pela construção de novas formas sociais, políticas, econômicas e culturais "alternativas" (ALMEIDA, op. cit.: 104-5). (grifos meus).

Embora abrangendo distintas concepções, há uma oposição - evidente ao nível dos discursos - entre as propostas alternativas e a tecnologia moderna. Esta oposição expressa uma teia de relações sociais e de poder estabelecida dentro e fora do campo tecnológico, que por sua vez reflete o confronto e as associações de interesses diversos envolvendo, entre outros, técnicos, agricultores, setores industriais e de distribuição; partidos políticos, setores da Igreja e Estado.

Há um nível onde o antagonismo entre o discurso das propostas "alternativas" e o discurso da tecnologia moderna parece fazer desaparecer as diferenças entre as distintas concepções políticas, com interpretações diferentes para conceitos similares no conjunto das

chamadas "alternativas".

A observação acima torna-se mais importante uma vez que no conjunto das propostas ditas alternativas há um leque (37) de tendências na formulação de projetos tanto a nível da sociedade civil, sem vinculação com o Estado, quanto propostas "oficiais".

Para fins desta análise, interessa-me - embora não desconhecendo a existência da proposta oficial desenvolvida pela EMBRAPA (cf. nota 37) que, de resto, não é objeto desse trabalho - situar esses dois "locus": Estado e Sociedade Civil como espaços privilegiados para a análise das oposições, no campo tecnológico, entre as propostas de uma agricultura "moderna" e as de uma agricultura "alternativa".

Não se trata de fazer um balanço das várias propostas alternativas e sim de considerar, tomando como base o estudo de caso, uma determinada concepção cuja proposta, evidenciada em seu discurso, contém dois elementos fundamentais para o presente estudo quais sejam,

(37) Cf. ALMEIDA (op.cit.) na abordagem das propostas mais abrangentes: a **proposta Ecológico-ambientalista** que engloba: a corrente tecno-científica (que por sua vez compreende os ramos orgânico, biodinâmico, biológico e o da permacultura); a corrente conservacionista-preservacionista e a corrente político-ecologista (que compreende as visões humanista, eco-libertária, eco-socialista e liberal) e a corrente "filosófica". a **proposta de algumas cooperativas; a proposta sindicalista; a proposta da FASE; a proposta oficial (EMBRAPA).**

a construção de uma **aliança** com camponeses e a construção de uma **identidade contrastiva** com o Estado.

Assim sendo, nesta análise, privilegiarei a proposta do Projeto Tecnologias Alternativas da FASE⁽³⁸⁾, o PTA/FASE que é o ponto de partida para a criação do CAA/Norte de Minas. Neste sentido, tomo as Organizações Não-Governamentais (ONGs)⁽³⁹⁾ como um novo sujeito social e a sociedade civil como o "locus" privilegiado onde se gestam respostas às formas de intervenção do Estado (como no processo de modernização da Agricultura no Brasil), na sociedade.

No que respeita à presença e à contemporaneidade das ONGs, SOUZA (op. cit. :48:9) considera que:

"A maioria das ONG's do primeiro e do terceiro mundo nasceram nas últimas décadas em resposta a velhos e novos problemas, tentando principalmente, produzir alternativas que constituem críticas concretas às políticas dominantes dos governos e dos grupos dominantes. O Não-Governamental não veio por acaso. De alguma forma as ONG's constituem a crítica moderna aos fracassos e descaminhos do Estado e às deficiências de instituições clássicas (...), que se submeteram ou se acomodaram à dinâmica do mundo oficial,

(38) FASE é "uma entidade privada que se sustenta com o apoio financeiro das entidades não-governamentais nacionais e internacionais, especialmente ligados à Igreja Católica e a agências internacionais de colaboração técnica e financeira. Propõe-se em termos gerais a: "favorecer os movimentos sociais e a experiências de tecnologias alternativas de pequenos produtores rurais e organizações não-governamentais" (ALMEIDA, op.cit.: 151).

(39) Ver SOUZA (1992) quando discute o papel das ONG's e a sociedade civil na questão do meio ambiente.

entrando na órbita do capital e do Estado. (...) Coladas (...) à realidade da sociedade civil, tinham olhos para ver o que o Estado não via, tinham braços para construir o que o oficialismo destruía e por muitas formas e caminhos **foram se somando ao movimento geral da sociedade** no sentido da democracia (...)" (Grifos meus).

A idéia original do FTA/FASE centrava-se em torno da formação de uma equipe de assessoria técnica a comunidades rurais, a partir de supostas dificuldades de sobrevivência e de avanços de assentamentos oriundos da luta pela terra no Brasil. Esse diagnóstico partia da constatação de que os custos e as técnicas disponíveis não eram compatíveis com a situação dos assentados e de que tornava-se necessária "(...) a busca de outras soluções técnicas com baixos custos, mobilizando os recursos disponíveis na propriedade, aumentando a segurança recuperando e conservando os solos, de fácil difusão e absorção pelos agricultores" (ALMEIDA, op.cit.: 151).

No leque das propostas alternativas, o FTA/FASE assume um caráter distinto das demais, a partir do questionamento frontal do modelo da agricultura moderna de forma mais clara e definida. O projeto pretende denunciar a situação dos excluídos a partir das relações estabelecidas pelo capitalismo no campo e o conseqüente empobrecimento progressivo de setores significativos do campesinato, colocando portanto na ordem do dia não apenas a situação presente desses camponeses mas também o futuro

das formas de organização da produção em bases não-capitalistas. O PTA/FASE elabora uma proposta de **agricultura e de tecnologia Alternativas** no sentido de que venham a ser:

"Instrumento de luta dos pequenos produtores por sua permanência na terra, (...) [como] um suporte na luta pela reforma agrária, (...) [como] um instrumento de apoio aos movimentos populares rurais para que eles possam contar com mais esta arma na defesa de seus interesses econômicos e políticos". (ALMEIDA, op.cit.: 152).

Esta proposta tem como característica principal uma concepção da agricultura alternativa:

"a) como forma de **resistência** do pequeno agricultor; b) com uma **dimensão política** que nega a reprodução do capital e busca dar uma maior independência ao agricultor; c) que procura dar o controle da agricultura aos pequenos produtores que, supostamente, constituem a maioria no processo produtivo; e d) que visa à construção de uma "nova agricultura". (...) aquela que atendendo aos interesses do pequeno produtor rural, reforça sua **capacidade de resistência** na terra, de melhorar sua organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas, de melhorar seu padrão de vida e segurança econômica" (ALMEIDA, op.cit.: 152-3).

Em oposição à agricultura moderna que tem como pressuposto a utilização intensiva de capital e cujo modelo é, portanto, a grande produção, a agricultura alternativa tem como pressuposto a produção camponesa ou a pequena produção que é entendida como agricultura familiar, basicamente de sobrevivência, com venda de excedentes para o mercado. Do ponto de vista da proposta, a pequena produção familiar caracterizada em termos

gerais, pela ocupação ou posse de pouca terra, geralmente de qualidade inferior; pela baixa renda; pelo uso, essencialmente, da mão-de-obra familiar; pelo objetivo mais imediato de garantir a subsistência; pelo sistema de trocas limitadas com os mercados locais; pela característica de ser quase sempre um policultor-criador; pela posição marginalizada no circuito de crédito bancário; pela característica de ser conservador/tradicional do ponto de vista de suas técnicas de cultivo; e, geralmente, pela exploração e submissão a crescentes pressões de ordem econômica e política que implicam em cada vez maiores transformações da categoria na sociedade contemporânea.

No entanto, esse perfil não é desenhado apenas pela negatividade: essa mesma categoria - com uma menor participação no percentual de terras, embora seja maior, numericamente - mesmo em condições adversas, tem um significativo papel na produção de alimentos básicos, com uma tecnologia com soluções propostas, em geral, pela vasta e diversificada experiência dos próprios camponeses pequenos produtores, a partir das especificidades de cada situação. (WEID, 1985. Grifos meus). Nesse sentido:

(...) o discurso [da proposta] se dirige formalmente aos pequenos agricultores e elege a pequena produção como símbolo da agricultura ideal, da "nova agricultura", dando um sentido de "alternativo" como tudo que venha a se opor ao modelo dominante, como por exemplo, o orgânico contra o químico, a conservação contra a

degradação, o pobre contra o rico. A "nova agricultura" é aquela não intensiva em capital, não poupadora de mão-de-obra, "mais social" mais adequada ecologicamente e auto-suficiente economicamente" (ALMEIDA, op.cit.: 156-7)

Ainda segundo ALMEIDA (op.cit), possivelmente devido a contradições internas de uma proposta em construção⁽⁴⁰⁾, nem sempre é possível identificar de forma efetiva em que consiste a proposta alternativa: se seria o resgate de experiências tradicionais ou algo que potencialize, de forma nova a pequena produção.

Parece-me viável no entanto, que se busque superar tal questionamento no sentido de procurar respondê-lo não apenas pela análise do discurso da proposta mas, sim, pela "práxis"⁽⁴¹⁾ através da qual ela se constrói/reelabora-se na medida em que os próprios camponeses dela participam. O próprio autor (op. cit.: 157) afirma que, em que pese esta dificuldade de definição, "a tecnologia "alternativa" pode ser entendida enquanto **luta**", enquanto **atrelada a movimentos sociais e organizações de caráter "popular"**, não sendo pensada como uma "coisa em si", desvinculada das lutas gerais na sociedade".

(40) cf. SOTO (1992) quando analisa o projeto tecnologias alternativas e campesinato, na América Latina.

(41) No sentido da ação de sujeitos sociais no processo de construção/re-construção do seu ser social, informados por interesses de classe.

1.2.2.2- Tecnologia camponesa: saber e estratégias de resistência

A questão tecnológica no que toca à chamada agricultura "tradicional" tem como substrato um conceito mais amplo: o do saber camponês. Este, por sua vez, remete às estratégias de reprodução dos camponeses. Pensando com GRZYBOWSKI (1985-60):

"(...) a questão do saber camponês é importante para qualquer análise que procura captar a especificidade, as relações e estratégias dos camponeses, o modo como agem e reagem face aos desafios de sua inserção na estrutura e processo de desenvolvimento capitalista, que tende a diferenciá-los, subordiná-los e expropriá-los. A questão do modo como se organiza o saber é particularmente importante para quem busca entender tanto o processo de tecnificação do campesinato como as possibilidades e os limites das ações educacionais que visam, exatamente, desenvolver e ampliar o saber técnico dos camponeses." (grifos meus).

Dessa afirmação emerge uma questão básica afeita ao debate em torno do camponês: afinal, quem é o camponês do ponto de vista analítico: uma categoria fadada ao desaparecimento; uma entidade social que supera barreiras temporais e espaciais ou sujeitos sociais constituídos/constituíntes num processo de formação/reorganização das classes sociais? as respostas a estas questões indicarão caminhos para se discutir a reprodução e o saber camponês, suas estratégias de sobrevivência e de resistência, tendo-se em conta a sua

especificidade no capitalismo.

Vastamente tratado na literatura especializada, o tema da reprodução camponesa pode ser agrupado em duas vertentes principais de análise, ambas com referencial em clássicos como Marx e Chayanov⁽⁴²⁾.

Os autores da tradição marxista privilegiam os chamados condicionantes externos da reprodução ao abordarem a questão da produção e da reprodução camponesa pela ótica da subordinação e, via de regra, pela funcionalidade do campesinato ao capital.

Privilegiando a chamada lógica interna do campesinato, estudos de autores inspirados em Chayanov focalizam as estratégias de reprodução a partir do cálculo econômico de uma suposta racionalidade econômica camponesa.

Em que pesem os "rios de tinta" que separam as duas vertentes, é possível inspirar-se em ambas, buscando a superação dos seus limites como alternativas teóricas. Grosso modo, a primeira privilegia o caráter da subordinação dos camponeses e é construída no corpo de uma teoria de classes que elege como sujeito privilegiado da história o proletariado sendo, os camponeses, tidos como

(42) Sobre os enfoques clássicos e seus desdobramentos, cf. WILKINSON (op. cit.) e ABRAMOVAY (1990).

fadados ao desaparecimento. Por consequência, tem o limite de não atentar para a lógica reprodutiva interna do campesinato, deixando em aberto as possibilidades analíticas dos movimentos de resistência, dos projetos de autonomia ou de defesa contra esses condicionantes externos, visto que tais possibilidades colocam em cheque a lógica inexorável do capital. Segundo esta, questionar-se-ia: por que discutir racionalidade econômica de uma classe que tende a desaparecer devorada pela lógica implacável do capital?

A segunda abordagem, privilegia a lógica interna do campesinato e, conseqüentemente, aponta para a possibilidade de se perceber o camponês como agente ativo de sua reprodução. No entanto, ao enfatizar a dimensão econômica dessa lógica, não se detém na questão do processo de trabalho enquanto possuidor de um modelo cognitivo que o informa, que são as bases não apenas da economia camponesa mas de qualquer outra economia.

Tais perspectivas, ao não estabelecerem as relações contraditórias e complementares entre a sociedade global e a (re) produção camponesa revelam-se insuficientes se tomadas "in extremis" para a análise do campesinato brasileiro (PORTO, 1988). Assim é que nem a preocupação exarcebada com a racionalidade camponesa (via de regra, subestimando-se as articulações entre

campesinato e capitalismo), nem a atenção unilateral com a lógica do capital (em geral, não atentando para as contradições que o próprio desenvolvimento do capitalismo enfrenta), por si sós constituem-se em possibilidades teóricas capazes de dar conta da questão.

No entanto, apesar da polêmica e das divergências que as perpassam, tais contribuições não podem ser ignoradas, mormente no presente trabalho onde pretendo discutir uma categoria que remete ao plano teórico dessa relação que é da resistência camponesa. Tal discussão tendo como pressuposto as relações de poder e de contrapoder na sociedade de classes e, por consequência, no campo tecnológico.

Uma das tentativas de solução analítica para esse impasse teórico dentre autores marxistas⁽⁴³⁾ surge com a proposição de se conceber o campesinato como "modo de produção", o que se por um lado apresenta contribuições significativas no sentido de buscar relacionar os determinates internos e externos, por outro coloca também seus problemas, principalmente na operacionalização de um conceito de um alto nível de abstração e de vários níveis de articulação interna como o de modo de produção.

(43) Sobre campesinato como modo de produção, ver TEPICHT (1973) (apud ABRAMOVAY, op. cit.) e VELHO (1976) (apud SOARES, 1981).

Como tentativas interessantes de superação dos limites apontados há contribuições recentes, notadamente no campo da antropologia no Brasil, reunindo autores diversos em estudos sobre o campesinato. Tais análises abordam tanto as relações de produção, quanto a organização imediata do processo produtivo⁽⁴⁴⁾. Relações que se caracterizam, por um lado, pela subordinação a determinantes externos e, por outro, por uma lógica interna ao campesinato que incide em diversas dimensões. Isto permite falar não apenas de subordinação mas também de resistência, de autonomia relativa e da especificidade camponesa no capitalismo.

A questão da subordinação/resistência encontra-se embricada em uma rede de relações entre camponeses e outros agentes sociais, expressando, tal rede, possibilidades reais de participação/exclusão dos camponeses no movimento econômico-político-social, como afirma MOTA (1990):

"(...) movimento [que] ao mesmo tempo que reforça e dá suporte à unidade camponesa, recriando-a e gerando espaço para o exercício da "autonomia possível" amplia a sua subordinação pelas mediações dos diferentes tipos de capital, num processo que acelera a crescente subordinação às condições exteriores, expressas por elementos como **tecnologia** e crédito, que são incorporados como reforçadores de sua resistência ao processo de expropriação da condição camponesa" (grifos meus).

(44) cf. HEREDIA (1979); MOURA (1986); SOARES (op. cit.); GARCIA (1975); SUAREZ et al (1983).

Se há resistência ao processo de expropriação, quais seriam os elementos centrais pelos quais se podem pensar tanto as bases da organização da produção camponesa, quanto as suas estratégias de resistência? ou seja, como perfilar, teoricamente, a **especificidade camponesa**⁽⁴⁵⁾ para, a partir daí, buscar situar as estratégias? Para fugir às armadilhas da reificação e do empiricismo, SHANIN ([19__], 77), adverte que:

"(...) a conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de atacar a questão em um nível teórico. Não é (...) resposta mas uma **pressuposição** que ajuda a engendrar novas respostas específicas". (Grifos meus).

Tomando o campesinato como classe social⁽⁴⁶⁾, com uma inserção peculiar no processo social de produção numa sociedade capitalista, partilho com MOTA (op. cit.), SOARES (op. cit.), SUAREZ et al (op. cit.) e SA (op. cit.) do reconhecimento da especificidade camponesa emergindo de alguns traços básicos distintivos, em sua relação com o sistema social hegemônico (com as suas diferenciações

(45) A especificidade - embora remeta a projetos de "autonomia relativa" (MOTA e VANDERLEY, op. cit.) - não se traduz por autonomia, mas pela singularidade da inserção do campesinato no capitalismo. Isto pressupõe uma abordagem "(...) não substantivista, mas processual e histórica, [onde] a política e a ideologia devem ser integradas no plano de análise" (SOARES, op. cit.).

(46) Que não se define apenas e aprioristicamente pela posição no processo de produção, mas enquanto um processo permanente de construção. Nesse sentido, incorporo as contribuições sobre identidade: ROMANO ([19__]), SOARES (op. cit.) e sobre classes sociais: THOMPSON (s.n.t.).

internas entre os diversos tipos de capital).

Um primeiro traço que seria a **predominância da força de trabalho familiar** no processo produtivo, sendo a família, portanto, a unidade básica de produção e consumo.

Um segundo que seria um **processo de trabalho específico, conformado pelo acesso à terra e aos meios técnicos de produção**. Tal processo objetivando a reprodução da **unidade de produção e consumo**. O cultivo da terra, portanto, direta ou indiretamente, provê a maior parte do necessário à reprodução da família e das condições de produção.

Um terceiro traço pode ser encontrado na **alternatividade de acesso ao mercado**, estando portanto, o camponês, por um lado, numa rede formada por várias esferas de relação com o capital na expropriação do seu trabalho e, por outro lado, com uma relativa independência da unidade frente ao mercado.

Esses elementos que perfilam uma especificidade camponesa, permitem articular à questão da reprodução dessa categoria no presente estudo, um quarto aspecto que se refere ao **saber e tecnologia camponesa**.

O trabalho familiar e o acesso à terra são elementos que compõem a base material da produção camponesa, assegurando-lhe "relativa autonomia" diante das

pressões externas, tendo como pressuposto a existência de uma lógica diferente daquela que regula as forças de trabalho mercantilizada. (MOTA, op. cit.).

O trabalho familiar, portanto, atua, nesse sentido, por tratar-se de: "(...) um traço distintivo fundamental. As relações vividas no processo de trabalho são marcadas pela predefinição ideológica ou simbólica, isto é, pela estrutura de parentesco, pelos ditames da hierarquia, do respeito, da obediência, pela regulação de direitos e deveres, pela disciplina, pelo afeto". SOARES (apud MOTA, op. cit: 6).

Quanto ao segundo elemento, que respeita ao processo de trabalho específico na terra, vejo com IANNI (apud MOTA, op. cit.:7) que este "(...) compreende um intercâmbio social complexo que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos de artesanaria, matérias-primas para a satisfação das necessidades, vestuário, abrigo, etc. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, o seu lugar."

No que respeita ao terceiro elemento que é a relação do campesinato com o mercado considero, com SOARES (op. cit.: 184), que no cerne dessa relação, o "(...) mercado ou circulação de mercadorias (...) constitui o plano estratégico a partir do qual se pode pensar as relações sociais subjacentes à articulação entre modalidades não-capitalistas de organização da produção e o sistema abrangente. Os vínculos de estrutura produtiva imediata com o mercado devem ser o trampolim para a investigação concreta".

O fato de exercer controle sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho ambos tendo como suposta a natureza peculiar de um meio de produção essencial que é a terra, torna-se uma característica própria e distintiva do campesinato "(...) uma certa potencialidade "sui generis" de se ligar mais ou menos ao mercado, de acordo com as imposições das circunstâncias. Ao contrário do que aconteceria com a força de trabalho mercantilizada, assalariada ou com empresas capitalistas, nada impede à família camponesa de subsistir enquanto tal, quer dizer, reproduzindo sua unidade de produção, produzindo para o próprio consumo durante um período de especial retração do mercado" (SOARES, op. cit.: 205). Isto permite pontar para uma independência relativa da unidade produtiva familiar frente ao mercado (ibidem).

Subjacente e ao mesmo tempo informado por todos os elementos já abordados, situa-se a questão da tecnologia, reprodução e saber camponês. Sobre reprodução e saber dos camponeses, no Brasil, SUAREZ et al (op. cit.) têm como pressuposto que os camponeses, no capitalismo, reproduzem-se enquanto produtores de mercadorias em cujo processo ocorre sua produção subordinada.

No entanto, a produção de mercadorias precede-se logicamente pela produção de bens. A relação do camponês com o mercado, portanto, é precedida pela produção de bens, produção esta que implica em um **determinado saber que informe o processo de trabalho**. Daí, ser o processo de trabalho do camponês ao mesmo tempo, útil ao capital e baseado em um modelo cognitivo que permite falar de um "saber camponês". Não apenas no sentido de uma tecnologia camponesa e, sim, no de um conhecimento que informa ações e estratégias para a sua reprodução enquanto camponês:

"(...)por autônomo, não estamos querendo dizer autóctone, o que seria absurdo. **Nem tampouco que se trate de um conhecimento que independe de relações sociais, pois nenhum conhecimento existe independentemente de relações sociais históricas.** O que queremos dizer é que se trata de um modelo cognitivo integrado; de um "know-how" baseado numa teoria cujos supostos são dominados pelo camponês; e de um saber que se distingue em suas premissas e em suas categorias da ciência "ocidental". (SUAREZ, op. cit: 152). (grifos meus).

Uma dimensão dessa questão, ainda, refere-se à realidade do processo de subordinação dos camponeses,

enquanto classe. Os condicionantes externos de reprodução (TEPICHT, apud SA, 1975) principalmente aqueles advindos da expansão do capitalismo, impõem-se aos camponeses como processos de desqualificação. Isto de um ponto de vista de que se trata não apenas de uma superposição de conhecimentos mas, sobretudo de uma oposição de situações de interesses de classes a partir de racionalidades cognitivas diferentes. Uma dessas racionalidades detém o monopólio do saber científico e portanto, legitimador do progresso; a outra, ocupa uma posição subordinada, de exclusão ou de "invalidação" (CHAUI, op. cit.) (quanto à possibilidade de ser um conhecimento útil ao sentido de progresso) no contexto da "modernização". Esta, por sua vez, ao mesmo tempo que exclui outros saberes tem a posição quase-messiânica de "modernizar" os atrasados; integrá-los ao sistema cognitivo dominante. Desenraizá-los, na verdade.

No entanto, penso ser necessário considerar que muito da própria dinâmica do processo de trabalho dos camponeses e de sua organização da produção não pode merecer a leitura única da subordinação. Constituem-se, também, respostas às pressões dos condicionantes externos, nos "contradiscursos expressos pelos dominados" (FOUCAULT, op. cit.). Para SUAREZ (op. cit.: 152):

"(...) sabemos também que o processo de "modernização" implica na aquisição pelo camponês de um outro saber. Mas nos parece claro que o

campesinato é portador de um saber próprio. Saber esse que não apenas orienta a prática "rotineira", mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas dissolutivas; de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança. Pois não se trata de um saber fragmentado, mas de uma matriz de conhecimento e de um sistema cognitivo capaz de redefinir em seus próprios termos tais inovações (...)."

Torna-se possível, portanto, pensar a questão do saber camponês a partir de duas premissas, quais sejam:

"(...) [por um lado, resgatando], a apreensão das populações agrárias enquanto produtoras de categorias básicas de apreensão do real e [por outro lado] na medida em que incide sobre o fundamento do processo de trabalho para o entendimento dos processos reprodutivos-dissolutivos(...)" (SUAREZ, op. cit.: 153).

Essa matriz mais ampla vai permitir introduzir a questão da tecnologia camponesa, agora já ricamente determinada pelas considerações precedentes. A tecnologia, portanto, entendida como um campo de conhecimento aplicado (ao trabalho), tem por matriz um conhecimento básico do mundo ou melhor dizendo um forma de apreensão do mundo e de classificação do real como um todo.

Assim é que a visão dos camponeses acerca das plantas, animais, dos alimentos, do corpo humano, das doenças, da saúde informa tanto as práticas agrícolas quanto as práticas medicinais, por exemplo e o faz sem que ocorra um divisão "técnica" do conhecimento por indivíduos diferentes. Nesse sentido pode-se pensar em racionalidades distintas entre o saber "científico ocidental" e o saber

"empírico camponês", com categorias como holismo "versus" dualismo (SUAREZ, op. cit.). Quanto à distinção das racionalidades NEVES (op. cit.: 352) considera que:

"Enquanto os técnicos agrícolas dominam o saber sobre o cultivo de um dos produtos, os agricultores tendem a raciocinar referenciados ao sistema de relações em que estão envolvidos, ou a ao conjunto de elementos materiais e sociais que articulam para fazerem operar a unidade de produção [e consumo]".

No entanto, o resgate desse saber não se confunde com pura apologia, segundo o imaginário romântico⁽⁴⁷⁾. Assim, embora esse saber holístico exista, ele pode ser um limite à capacidade de aumentar o aproveitamento de recursos numa situação de elevação substancial do nível das forças produtivas, nível esse que exija outras condições técnicas de reprodução (SUAREZ, op. cit.). A importância dessa observação reside no fato de que a reprodução camponesa depende de múltiplas determinações de sua subordinação num processo de hegemonia do tanto do capital, quanto de uma matriz tecnológica "moderna".

Mas se a reprodução dos camponeses depende do papel que desempenham no capitalismo, depende ainda do seu sistema de conhecimento que informa o processo de trabalho "autônomo". Assim, mesmo "recriado" pelo capital, numa articulação daquilo que TEPICHT (apud SA, 1975)

(47) Sobre a crítica ao imaginário romântico, vendo os camponeses como origem perdida e como finalidade a resgatar do capitalismo, ver CHAUI (op. cit.).

definiu como "determinante exógena principal da existência e das transformações da economia camponesa" (48), o camponês "teima" em não desaparecer, em que pesem modificações do seu próprio processo de trabalho.

Isto permite-me pensar o saber camponês como uma "inteligência de si mesmo" (RIBEIRO, apud SUAREZ, op. cit.), capaz de informar e de formar posições e desenvolver estratégias de reprodução no processo de construção de uma classe social. Essa "inteligência de si mesmo" reproduz-se a partir de duas premissas importantes: uma que é a da visão de mundo histórica, no sentido de que desenvolveu-se em contextos históricos determinados (49) e outra de que se reproduz e se (re)constrói no processo mesmo de subordinação/autonomia (50) que vive a categoria.

Na relação social entre homem e natureza, mediatizada pelo trabalho, a condição camponesa caracteriza-se por modelos próprios de organização do trabalho. Seja a questão abordada pelo nível de

(48) A referência não implica na adoção do conceito de camponês como "modo de produção".

(49) A contribuição de TEPICHT (ABRAMOVAY, op. cit.) é importante para a análise do caráter histórico do campesinato, no sentido de que torna-se necessário buscar entender a relação dessa categoria com as relações sociais mais amplas, em momentos históricos específicos.

(50) A respeito da questão da autonomia ver, entre outros, VANDERLEY (1990) e MOTA (op. cit.).

desenvolvimento das forças produtivas, seja pela cultura. Isso permite pensar a especificidade da relação do camponês com a terra como uma "especialização"⁽⁵¹⁾, pressupondo um tipo de conhecimento técnico "(...) cujo conteúdo é socialmente determinado a partir da organização social e da cultura camponesa" (SA, op. cit.: 96).

Nesse sentido, na divisão social do trabalho em termos mais amplos, há uma atividade produtiva própria do campesinato, que implica um conhecimento socialmente produzido e transmitido e que, por sua vez habilita os indivíduos ao desempenho das funções técnicas por ela requeridas (SA, op. cit.)

A produção camponesa, por esse prisma, supõe a relação direta com os meios de produção. Mas, ao mesmo tempo, ela se dá num contexto em que o campesinato integra uma complexa rede de relações desiguais no âmbito de uma sociedade regida, predominantemente, por uma lógica produtiva distinta da sua. Nessas relações, os camponeses

(51) SA (op. cit.: 96), utiliza essa categoria considerando que "enquanto um setor específico da produção, a economia camponesa caracteriza-se também por um modo específico de combinação de força de trabalho como os meios de produção, no qual se define um tipo de conhecimento técnico e de divisão técnica do trabalho que definem a condição camponesa. Ao sistema de categorias conceptuais e habilidades que compõem a qualificação diferenciadora da atividade agrícola camponesa, denominamos a sua especialização".

constituem-se em fonte de transferência de excedente a outros setores da economia, relativizando sua autonomia e subordinando-se às condições impostas pelo mercado, sem o controle do destino de sua produção e a depender cada vez mais de condições técnicas que tornem a sua produção competitiva e menos vulnerável.

Relacionando-se a questão do saber às estratégias de resistência, considero com MOTA (op. cit.: 9) que, em que pese a crescente subordinação dos camponeses às diversas relações com o capital, "(...) contrapõe-se a esse processo (...) o desencadeamento de ações defensivas para preservação das condições camponesas, expressas em diferentes estratégias de sobrevivência e resistência e na variedade de relações desenvolvidas no interior da unidade produtiva, onde se efetiva o exercício da "autonomia possível". A relação da família camponesa com os meios de produção é distinta daquela do empresário capitalista. Faz parte do cotidiano camponês a luta constante para assegurá-los (...)"

Resistência que se exprime em diversos níveis, não se explicitando apenas em torno do valor econômico. Abrange uma gama de ações defensivas de um modo de vida onde noções de independência e de liberdade demarcam uma forma de organização social que por sua vez constrói-se pela e na experiência coletiva. (ibidem).

O saber camponês ganha significado específico em termos de seu **aporte tecnológico**, onde as atividades desenvolvem-se em um certo ritmo com a natureza, com níveis variáveis de dependência, segundo o peso das influências externas. A família exerce controle sobre o processo imediato de produção exercitando neste, a aplicação do saber acumulado culturalmente." (ibidem).

Na definição do processo imediato de produção, ocorre uma vinculação das condições internas com determinantes externos. A presença de fatores externos à unidade camponesa, como ocorreu com as políticas de modernização da agricultura brasileira, influenciam na forma de produzir, nos ciclos de produção e no tempo. Introduzem alterações na relação homem/natureza (ibidem).

No emaranhado composto pela resistência e pela subordinação no cotidiano camponês, a adoção de tecnologias pode ainda ser vista também como forma de resistência à expropriação da condição camponesa, pela apropriação dos pressupostos que ampliem a capacidade de trabalho da família. (ibidem). Na lógica camponesa, portanto, não existe a equivalência entre moderno/tradicional, ruim/bom. Tais categorias não se encontram, ali, como dicotomias e sim como um movimento ambíguo onde o "(...) "novo" e o "velho" se chocam mas nem sempre se opõem" (FIGUEIREDO, op. cit.: 28).

Em decorrência, suponho uma seletividade - não apenas negativa (no sentido da não-capacidade de adoção pelo camponês), mas também uma seletividade positiva onde ocorre a auto-exclusão por dúvida, cautela (NEVES, op. cit.). Em outras palavras, equivale a dizer que os camponeses são sujeitos de escolha, capazes de selecionarem alguns elementos da chamada tecnologia moderna desde que isto contribua para a ampliação da capacidade de trabalho da família, segundo a racionalidade própria do campesinato.

Assim, em que pese a subordinação e a desqualificação, os camponeses apresentam-se à análise como sujeitos de conhecimento e capazes de realizar escolhas. Capacidade não circunscrita, apenas, ao plano da técnica em si refere-se, ainda, ao plano das alianças políticas com os mediadores.

Falar de um saber ou de uma tecnologia camponesa, pressupõe falar dos camponeses; sobre quem são esses sujeitos sociais e, portanto, sobre sua reprodução no capitalismo, enquanto classe subordinada. Equivale, a falar de estratégias de sobrevivência, que, por sua vez remetem às estratégias de resistência e, em assim sendo, à construção/reforço de identidades sociais, referindo-se portanto a um saber onde, no entendimento de ROMANO (op. cit.) ocorre uma "recriação de atributos" pela apropriação

dos "signos estigmatizantes" no sentido da construção de uma nova identidade positiva.

Tendo em conta os pressupostos aqui alinhavados, abordarei, nos próximos capítulos, através de estudo de caso, questões relacionadas às oposições e alianças no campo tecnológico, envolvendo camponeses, ONG's e Estado, na região norte de Minas Gerais.

CAPITULO II

Contexto regional: (des)caminhos do Estado nas políticas de modernização agrícola no norte de Minas

2.1- A intervenção do Estado na região

Nesta abordagem, tomo como fio condutor o papel do Estado na região privilegiando, nessa trajetória, o período que se inicia a partir da segunda metade da década de 60. Esse marco temporal caracteriza-se por uma forma específica de intervenção do Estado na região, sob a égide do modelo de modernização adotado no país.

A região⁽⁵²⁾ denominada norte de Minas é o que se

(52) Considero com NABUCO (1984: 173-75) que a "(...) importância do papel do Estado - tanto no financiamento de grandes projetos privados, quanto na provisão de infraestrutura regional (...). O conceito de região deve ser cada vez mais o de espaço para políticas públicas. (...) A caracterização básica de região como domínio ecológico se relativiza pela importância crescente de seus recursos não-geográficos". "(...) essas (...) passam (...) a se transformar cada vez mais num espaço legal, mais que geográfico, objeto que são de um número cada vez maior de políticas públicas que as integram à dinâmica espacial do capitalismo". Cf., ainda, OLIVEIRA (1981) que propõe trabalhar o conceito de região a partir das relações político-econômicas, como relações de classes.

poderia chamar de uma "zona de transição" entre o Nordeste semi-árido e as demais regiões do estado de Minas Gerais que apresentam outras características, tanto históricas quanto em termos de ecossistemas. Esta região, faz parte do "polígono da seca" e abrange, numa superfície superior a 120.000 Km², com mais de 1.000.000 de habitantes em 42 municípios da chamada "Área Mineira da SUDENE". Tais municípios distribuem-se pelas microrregiões: Sanfranciscana de Januária; Serra Geral de Minas Gerais; Alto Rio Pardo; Alto-Médio São Francisco; Montes Claros e Mineradora Alto Jequitinhonha⁽⁵³⁾. Limita-se ao norte com o estado da Bahia; ao sul com a região central do estado; ao leste, com os municípios do vale do Jequitinhonha e a oeste com os municípios do oeste mineiro. (Mapa. Fig I).

Historicamente, a região liga-se ao Nordeste, fazendo parte deste até o século XVII. Sua ocupação deu-se com a expansão das zonas de criação de gado do sertão nordestino ao subir o rio São Francisco, em cujas margens foram surgindo povoamentos. A pecuária no norte de Minas destinava-se ao transporte de cana e à produção de carne para abastecimento dos engenhos e populações do litoral nordestino e, também, ao abastecimento das zonas de mineração em Minas Gerais. Associados à pecuária e nos interstícios dos povoados e das grandes fazendas de gado,

(53) IBGE. Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1980.

surgem pequenas lavouras de subsistência, localizadas nas "veredas e buritizais". O excedente destinava-se aos viajantes e comerciantes ambulantes. Essas lavouras aumentam com o crescimento da zona mineira de mineração, assim ocorrendo até início do século XIX.

Até final da década de 50, a divisão regional do trabalho no Brasil situava a região norte de Minas, basicamente, como fornecedora de mão-de-obra e de capitais. A intervenção do Estado manifestava-se em situações emergenciais, na dependência das oligarquias rurais. Nesse contexto, vigorou na região, uma estrutura de dominação política tradicional, baseada no fenômeno denominado de "coronelismo"⁽⁵⁴⁾ e que, ainda na década de 50, começa a decair cedendo lugar, gradativamente, a novas formas políticas de controle do poder local e regional:

"Enquanto no passado esses grupos podiam estabelecer a sua supremacia através de recursos manipulados diretamente (a terra, sobretudo), a administração pública aparecia como uma **extensão do seu poder privado**. Nas últimas décadas, a ampliação do poder e das funções das organizações públicas transformou estas em instituições cada vez mais subordinadas ao Governo Central. Isso não apenas as torna mais poderosas e influentes, como também altera os termos de relacionamento entre as organizações públicas e as elites locais, que assim se tornam cada vez mais dependentes do Estado nacional (...)" (STRALEN op. cit.: 140-41, citando DIAS).

A mudança nas formas das relações de poder,

(54) A respeito ver STRALEN (op. cit) e LEAL (1975).

tradicionalmente estabelecidas na região ocorre no mesmo processo de transformação das relações de produção. Processo que se configura, portanto, como multidimensional, com importância tanto ao nível econômico, quanto político, ideológico e simbólico. Na expansão do capital no norte de Minas, o Estado desempenha papel fundamental, assegurando as condições de funcionamento das empresas rurais e de reflorestamento, determinando as formas de exploração do trabalho pelos mecanismos de desapropriação/reapropriação de terras e de instrumentos de trabalho e garantindo estabilidade ao processo de acumulação do capital. Com a intervenção planejada da SUDENE⁽⁵⁵⁾ em 1965, visando "integrar a região à economia nacional", a aprovação de projetos agropecuários regionais do início vai cedendo lugar à entrada e expansão do capital privado nacional e internacional na região, no padrão assumido pela redefinição do modelo econômico ocorrida no Brasil a

(55) "As transformações da agricultura têm-se acelerado, principalmente desde 1965. Com as vantagens fiscais oferecidas pela SUDENE e outros incentivos, fazendas tradicionais transformaram-se em "empresas rurais", projetos agrícolas novos foram implementados e, nos cerrados estabeleceram-se empresas de reflorestamento. A transformação de terras agrícolas em pastos ou florestas artificiais, a apropriação de terras devolutas por empresas rurais ou empresas de reflorestamento com projetos aprovados e áreas reflorestadas na região [Cf. mapas, Anexos]. e o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, provocam a expropriação dos camponeses (...)" (STRALEN, op. cit. :13).

partir de 1964 ⁽⁵⁶⁾. Segundo STRALEN, (op. cit.: 146):

"(...) intensifica-se a interpenetração entre o Estado e os interesses capitalistas nacionais e internacionais e coloca-se mais em evidência a dupla articulação da economia regional-nacional com o mercado internacional: facilitação de ingresso de capitais internacionais e estimulação de exportações de bens agrícolas e minerais a fim de cobrir os déficits da balança de pagamentos. (...) o norte de Minas, um espaço periférico, pouco explorado, com uma grande quantidade de terras devolutas, torna-se objeto de interesse por parte do Estado, através da SUDENE, cujo agente principal será a RURALMINAS⁽⁵⁷⁾. Nesse contexto (...) ocorre uma reorganização do espaço social e político com o objetivo de estabelecer a hegemonia da burguesia industrial e financeira que tem como base necessária, mas não suficiente, a importância estratégica para o processo de reprodução do capital global".

Por esse prisma, a intervenção na região vai-se dar tanto em termos de políticas econômicas quanto pelas "políticas sociais". A dupla face do Estado - as políticas de acumulação e de legitimação⁽⁵⁸⁾ -

(56) Cf. RIBEIRO (1987: 10) sobre a especificidade dessa intervenção no norte de Minas: "(...) diferente do restante do país, onde (...) reforçou determinadas tendências e ideologias modernizadoras, nesta região a intervenção transferiu, financiou e praticamente criou as condições de instalação da reprodução do capital. Os instrumentos (...) foram bem mais complexos e mais acentuados que no restante do país".

(57) "(...) criada [em] 1966, com o objetivo de realizar a "colonização e o desenvolvimento rural do estado de Minas (...). Como base física para a ação, o estado transferiu à RURALMINAS terras devolutas localizadas nos municípios do norte-noroeste" (STRALEN, op. cit.: 146).

(58) A respeito, ver CHALOULT (op. cit.), quando analisa programas especiais do Projeto Nordeste. Sobre o norte de Minas ver AUGUSTO ([19--]) quando discute o caráter das chamadas políticas econômicas e sociais para a região.

concretiza-se na elaboração dos chamados PDRI's (59). As diversas agências do Estado na região: SUDENE, EMATER-MG, RURALMINAS, CODEVALE, CODEVASF, etc., com seus respectivos objetivos, programas e interpretações da problemática regional, pode-se dizer que expressam a diversidade dos interesses dominantes agrupados nos PDRI's. Assim, as demandas e lutas das classes populares são parcialmente transformadas pelo Estado em bases de sua legitimação como um Estado neutro e formalmente separado das classes dominantes. Para STRALEN (op. cit. : 161):

"A crescente intervenção do Estado na área social no norte de Minas faz parte da sua atuação no sentido de viabilizar a expansão do capital monopolista na agricultura. Esta atuação não pode se limitar apenas ao terreno econômico, pois a **aceleração do processo de penetração do capitalismo no campo estimula e acelera também o processo de desintegração das estruturas tradicionais de dominação.** (...). Pela necessidade de realizar um novo equilíbrio relativo entre as forças sociais antigas e novas formas de integração, a intervenção (...) assume um caráter político, determinado pelas condições de garantir uma coesão nas frações de classe dominante e a integração repressivo-ideológica das forças populares" (grifos meus).

Ocorre, portanto, do ponto de vista formal, a passagem de uma estrutura tradicional de poder, onde a presença do Estado confundia-se com as estruturas oligárquicas do poder local, para uma estrutura em que

(59) "A área Mineira da SUDENE foi a primeira região contemplada com um plano de desenvolvimento integrado, elaborado pela Fundação João Pinheiro". (STRALEN, op. cit.: 155).

essa presença é marcada pela intervenção planejada, através de uma tecnoburocracia.

No entanto, em que pese uma certa autonomia em relação às estruturas tradicionais do poder local a atuação do Estado não pode ser tida como uma ruptura em relação às bases locais/regionais de poder. Era, antes, um rearranjo da estrutura institucional do poder a partir das novas alianças formadas entre o poder local e os novos capitais, principalmente do Centro-Sul que ingressavam na região, perfilando-se novas bases de acumulação.

Nesse contexto, o Estado assume um discurso expressamente "modernizador", cujo carro-chefe seria a integração do norte de Minas à economia nacional⁽⁶⁰⁾ pela industrialização e pela modernização da agricultura e com políticas para a chamada "área social" ⁽⁶¹⁾.

(60) Cf. CARVALHO (1989) quando aborda a questão da integração do Nordeste, via SUDENE, à economia nacional.

(61) Que, para AUGUSTO (op. cit.: 5), expressam-se através de dois eixos: "(...) Projetos de Desenvolvimento (ou econômicos) e (...) Projetos Especiais ou Sociais, ou seja, projetos políticos". Os primeiros (...) sob três formas de ação: a) pela política agrícola oficial dos governos pós-65, implantada na região, prioritariamente pela EMATER; b) pelos planos de desenvolvimento regional via SUDENE, CODEVASF e RURALMINAS; c) pela política de incentivo ao reflorestamento. Os segundos, através, principalmente: do MG II; do FLANORDESTE II; do PDRI-Gorutuba, do PDRI-Jequitai-Verde Grande; dos Projetos São Vicente e Padre Cícero (ibidem). (cf. mapa. Anexo IV).

A intervenção na agricultura na região, pelas políticas de acumulação e de legitimação, concretiza-se em três níveis: a intervenção junto aos "modernos"; a intervenção junto aos "tradicionais" e a intervenção junto aos "necessitados"(62).

A ocupação econômica do norte de Minas deu-se numa estrutura fundiária onde predominava a grande fazenda de gado e algodão (a partir de uma colonização baseada na distribuição de sesmarias) e onde a pequena propriedade se instala pela ocupação das terras livres. No período que corresponde às décadas de 50 e 60, ainda houve expansão tanto das grandes quanto das pequenas propriedades (menos de 10 ha), estas últimas através da incorporação de terras menos férteis.

Na década de 70, essas terras já não se encontravam mais disponíveis pois a penetração das grandes empresas de reflorestamento e grandes empresas agropecuárias transformou a terra em uma mercadoria

(62) Para RIBEIRO (op. cit.: 21-22), a primeira é "(...) orientada para produtores qualificados técnica e gerencialmente (...)". a segunda, "é dirigida para os produtores arredios a procedimentos modernos(...)" e a terceira "embora tenha o mesmo caráter modernizador das anteriores, esta (...) é distinta das anteriores porque é efetivada geralmente em programas especiais, regiões bem definidas e grupos de produtores delimitados. Procura geralmente criar condições para aquilo que chamam de "promoção social", abrangendo desde as questões mais fundamentais de sobrevivência até os aspectos mais gerais da produção (...)".

altamente valorizada no mercado regional num processo onde a penetração do capitalismo no campo, caracterizou-se pela intensificação da propriedade privada da terra. Nas décadas de 60 e 70, com a caracterização definitiva da terra como mercadoria pela intensificação da penetração das relações capitalistas no campo, muitos dos trabalhadores expulsos das fazendas por esse processo, transformaram-se em posseiros e ocuparam terras "devolutas" de proprietários desconhecidos e da Igreja, basicamente. Segundo STRALEN (op. cit. : 39):

"As grandes empresas que adquiriram terras na região não estão essencialmente interessadas na produção a curto prazo, mas na própria terra enquanto mercadoria. O desmatamento, a fabricação de carvão, a pecuária ainda extensiva e o reflorestamento de áreas às vezes férteis (...) são formas de extrair uma renda direta das terras ocupadas, sem (...) desenvolvimento das forças produtivas (...). No (...) norte de Minas, ainda (...) a possibilidade de contar com incentivos fiscais [junto] à SUDENE [para] projetos agropecuários ou de reflorestamento".

Da situação original de terras livres, passa-se para uma situação de fechamento da frente de expansão para os camponeses. Reforça-se a concepção jurídica de "terras livres" (terras devolutas), onde é ignorado o processo de ocupação real dos camponeses (posseiros tradicionais na região) no novo processo de apropriação pelas grandes empresas reflorestadoras e agropecuárias. Nesse contexto, muitos camponeses vão sendo expulsos e transformados em trabalhadores assalariados das empresas agropecuárias e

reflorestadoras (63). Isto, no entanto, não se dá sem resistência o que se observa principalmente nas áreas onde a expropriação visa ao estabelecimento de exploração agropecuária. (STRALEN, op. cit.).

A análise do uso da terra, em termos das atividades "comerciais" no norte de Minas indica que a pecuária extensiva ainda predomina na região, embora haja um crescimento significativo das pastagens artificiais. A pecuária desempenha um importante papel na economia regional: mais da metade do valor da produção total da região e 18% do valor da produção pecuária do Estado (censo de 1970). A agricultura, no entanto, é uma atividade em expansão à base de incorporação de novas terras e da introdução da agricultura irrigada e da agro-indústria. As culturas temporárias ocupam a maior parte da área, destacando-se: algodão, cana-de-açúcar e a mamona para indústrias locais e regionais e o arroz, feijão, mandioca e milho para abastecimento regional e local, com exportação para outras regiões. Alguns produtos como

(63) O norte de Minas lidera os índices de concentração de terras e de conflitos pela terra no estado. Um exemplo dessa concentração encontra-se na microrregião, de Montes Claros, onde realizei a pesquisa. Segundo cadastro do INCRA para 1985: nesta microrregião, os imóveis de até 100 ha perfazem 72,2% do total de imóveis, ocupando apenas 15,0% da área total. Por outro lado, 2,6% dos imóveis possuem área superior a 1000 ha e ocupam 38,5% da área total. Essa microrregião apresenta 13 áreas de tensão social, sendo 6 delas no município de Varzelândia. (AUGUSTO, op. cit.)